

2025

Relatório de Atividades & Contas do Exercício



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Enquadramento

O presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício (RACE) cumpre na íntegra as cláusulas estatutárias, pelo que a Mesa Administrativa vem apresentá-lo aos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Mortágua.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua (SCMM), também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente, Misericórdia de Mortágua, instituída no ano de mil novecentos e quarenta e oito, é uma associação pública de fiéis, com personalidade jurídica canónica e tem como fim a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Em conformidade com a sua personalidade canónica, a Misericórdia encontra-se sujeita ao regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal Portuguesa, assinado em 2 de maio de 2011, o qual consubstancia o Decreto-Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa, da mesma data.

A Misericórdia de Mortágua tem também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respetiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Acresce referir que o resultado líquido do exercício foi de 199.938,18 euros positivos (Cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito euros e dezoito cêntimos), pelo que será transferido para resultados transitados.

A Mesa Administrativa vem, assim, apresentar à Assembleia Geral o presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício referente ao ano de 2025.



Nota Introdutória

A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua foi fundada em 1948. O concelho de Mortágua sentia a necessidade de um Hospital, a que a sua população pudesse recorrer. Fruto do empenho de uns quantos e da solidariedade da população, isso foi possível.

Ontem, como hoje, e apesar de tudo o que esta Instituição cresceu e das modificações que o país sofreu, o seu papel continua a ser crucial, extremamente importante e necessário, mas não o suficiente, obrigando-nos a uma atenção constante e permanente ao meio que nos rodeia.

O Hospital da altura é hoje uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Um Lar de idosos apareceu na década de 90 do século passado e com ele toda a dinâmica que hoje se presta à chamada 3ª idade, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de dia, e que obviamente teremos de aumentar e melhorar.

Um lar Residencial surgiu já neste século para apoio à deficiência e grande tem sido a sua atividade, justificando plenamente a sua existência. Posteriormente surge a Residência Autónoma, o que representa um novo conceito de alojamento, dando mais autonomia e responsabilidade aos utentes aí residentes.

Fruto de protocolos de colaboração com a Câmara Municipal e na pessoa do seu Presidente da altura, Afonso Abrantes, foi possível unificar toda a infância no atual edifício do Centro Educativo.

Concorremos ao PRR, cheios de esperança na remodelação e alargamento do nosso Lar de Idosos, pois como diz Sonia Sapage "precisamos mais de lares do que somos capazes de admitir e só aceitamos que alguns idosos vivam em espaços ilegais e sem dignidade, amarrados a camas e isolados do mundo porque não queremos pensar que um dia (quase) todos vamos acordar numa instituição de apoio à velhice. As caríssimas casas de hoje não têm quartos suficientes para as famílias se reencontrarem na velhice e por isso é ainda mais importante aceder a lares de qualidade".

Felizmente, houve a aprovação de duas candidaturas ao PRR e assim, em 2025, terminámos as obras para uma nova Residência Autónoma, no mesmo terreno em que abrimos em 2020 a primeira RAI, e um novo Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão na antiga Escola de Vila Meã, cujo direito de superfície nos foi concedido pela Câmara Municipal.

Ao apresentar este relatório não podemos deixar de lembrar que, apesar de livremente gerirmos a Misericórdia com um enorme esforço e sentido de responsabilidade, sofremos os impactos da turbulência geopolítica, das



Santa Casa da Misericórdia de

Mortágua

[Handwritten signature]
**Relatório de Atividades & Contas do Exercício
2025**

relações internacionais e da instabilidade da política interna, que sempre que está em crise sofremos com a suspensão do trabalho do governo na aprovação de mais e melhores políticas sociais.

Fruto do trabalho profícuo, que também procuramos reconhecer, com todos os nossos colaboradores e a gestão participada das nossas Direções Técnicas e Serviços Administrativos e mantendo sempre bem viva a Nossa Certificação de Qualidade, foi possível viver um ano, com alguns problemas, mas sem grandes sobressaltos.

Um imenso agradecimento a todos os que no seu dia a dia fazem a Santa Casa.



Órgãos Estatutários

Mesa da Assembleia-Geral

Presidente: Urbano de Oliveira Marques

Vice-Presidente: Eusébio Lourenço Ferreira

Secretária: Maria Celeste Marques Ferreira de Figueiredo

Mesa Administrativa:

Provedor: Vítor Manuel Fonseca Fernandes

Vice-Provedor: José Manoel Abreu da Conceição

Tesoureiro: José Manuel Mortágua Nunes

Secretário: Teresa de Jesus Pereira de Gouveia

Vogal: Emídio Manuel Fernandes dos Santos

Conselho Fiscal ou Definitório:

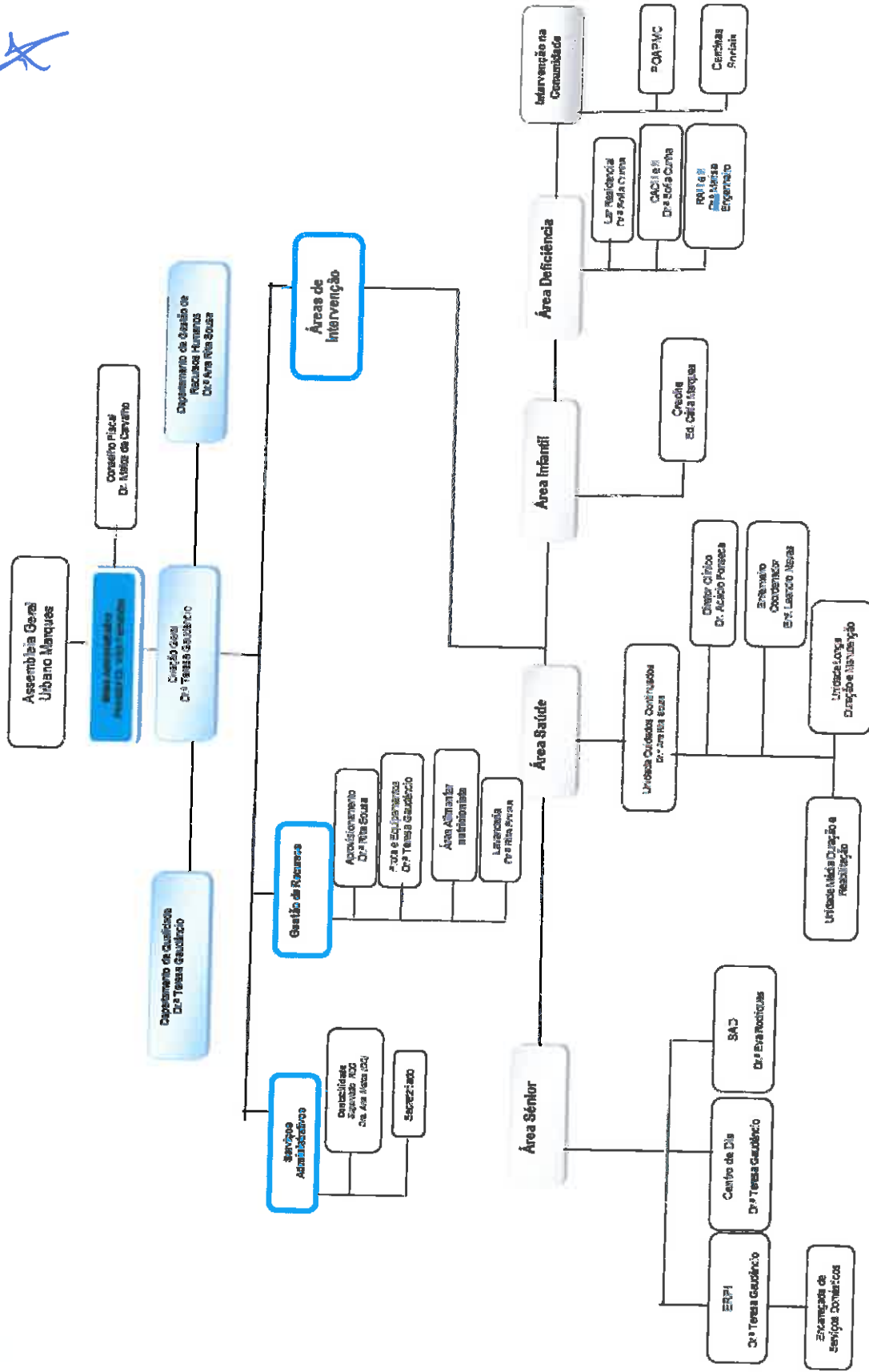
Presidente: José Manuel de Matos Carvalho

Vice-Presidente: João António Cardoso

Secretária: Ivone Oliveira Dinis



Handwritten signatures and initials in blue ink.





Índice	
Enquadramento	I
1.Caracterização da Instituição	7
2.Sistema de Gestão da Qualidade.....	11
2.1.Apreciação às alterações organizacionais e técnicas.....	13
2.2.Apreciação às alterações à legislação e regulamentação	13
3.Análise de adequação de recursos	14
3.1.Recursos Humanos	14
3.2.Recursos.....	26
4.Processos Chave.....	27
4.1.Creche	27
4.2.Lar Residencial	29
4.3.Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.....	31
4.3.Residência de Autonomização e Inclusão.....	33
4.4.Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.....	36
4.5.Centro de Dia.....	38
4.6.Serviço de Apoio Domiciliário	40
4.7.Unidade de Cuidados Continuados Integrados: Longa e Média Duração	42
5.Programas, Projetos e Investimentos.....	47
5.1.Programa de emergência alimentar (PEA).....	47
5.2. Privação Material – Distribuição direta e indireta de géneros alimentares	48
7.Melhoria Contínua	50
7.1.Resultados das Auditorias Interna e Externa	50
Perspetivas Futuras	52
Considerações Finais	53
Demonstrações de Resultados, Pareceres e Anexos	54



1. Caracterização da Instituição

A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua foi fundada em 1948 com a abertura do Hospital Concelhio, a ausência de um estabelecimento clínico no nosso Concelho era, na altura, uma grande carência.

O Hospital foi construído com oferendas públicas e fundado pelo Dr. José Abreu, provedor da Misericórdia durante 48 anos.

A dinâmica do Hospital concelhio perdeu-se após o 25 de Abril. Com a publicação do Decreto de Lei nº 704/74, de 7 de dezembro, os hospitais das Misericórdias passam a ser geridos por comissões que são nomeadas e respondem perante o Secretário de Estado. O Estado passou a dispor, assim, de uma rede de equipamentos que lhe permitia administrar a saúde a nível nacional e que se regia pelas regras definidas no Decreto de Lei nº 413/71, de 27 de setembro. Desde esta data e até 1992, a Misericórdia passou por uma fase de completa estagnação, e foi neste ano que foi aberto à comunidade um Lar de Idosos, com capacidade para 30 utentes, que pautou a ação da Misericórdia até 1995. No ano de 1995, surge no Concelho de Mortágua o Projeto de Desenvolvimento Integrado "Ao Encontro de..." inserido no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, promovido pela Câmara Municipal de Mortágua, e em que a Santa Casa da Misericórdia era a entidade de suporte jurídico, foi desenvolvido em parceria com outras Instituições locais e regionais, nomeadamente o Centro Regional de Segurança Social do Centro Serviço Sub-Regional de Viseu, Centro de Saúde de Mortágua, e a Escola Profissional Beira Aguieira.

Este, é o ano da "reviravolta" na Filosofia da Instituição. Com o projeto de luta contra a pobreza e a entrada de novos órgãos sociais na instituição assiste-se à introdução de uma nova dinâmica e metodologia de trabalho baseado na participação e desenvolvimento de redes de parcerias locais, regionais e nacionais com vista à procura de respostas concertadas para os problemas sociais do concelho. Assistiu-se, simultaneamente, à abertura da instituição ao meio e a uma atenta preocupação com os problemas sociais que ainda se faziam sentir no concelho.

A Santa Casa viu assim alargado o seu âmbito de atuação a outras respostas sociais e grupos populacionais desfavorecidos, nomeadamente através do Serviço de Apoio Domiciliário destinado à população Idosa e Deficiente e de um Centro de Dia com Serviços Extensivos ao Domicílio.

A infância é um dos grupos prioritários da intervenção, por isso no âmbito do referido projeto foram abertos à comunidade, dois Centros de Atividades de Tempos Livres, um localizado na Sede do Concelho e outro numa das freguesias mais serranas, para cerca de 50 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, onde lhe foram prestados os serviços de prolongamento de horário, refeição e transporte até ao final do ano letivo 2010/2011.

Durante este tempo foi notório o crescimento do número de utentes abrangidos pelas respostas sociais, pois a procura de respostas de apoio pelas famílias era uma constante.



[Handwritten signatures]
Relatório de Atividades & Contas do Exercício

2025

Em 1999 foi aprovada a candidatura feita ao Programa de Apoio Integrado a Idosos para a criação de um Centro de Apoio a Dependentes. Esta estrutura veio colmatar uma falha diagnosticada à muito, o apoio temporário para situações de dependência.

Em 2001, o concelho de Mortágua entra no programa Rede Social, onde a Santa Casa da Misericórdia tem um papel ativo e através do qual é feita uma "radiografia" ao Concelho e se diagnostica a necessidade urgente de responder às carências sentidas na área da deficiência.

Em 2006 a Santa Casa é escolhida para integrar o projeto-piloto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com uma unidade de média duração com capacidade para 15 utentes e uma unidade de longa duração com capacidade para 10 utentes. Esta Unidade entrou em funcionamento no dia 6 de novembro de 2006. Em outubro de 2007, foram negociadas mais 2 camas em longa duração, passando a unidade de longa para 12 camas.

No ano de 2012, o Município de Mortágua construiu um Centro Educativo Único, tendo escolhido para parceiro, na área do apoio social às crianças, a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, através do estabelecimento de um protocolo em que a Santa Casa da Misericórdia assumiria os serviços de cozinha e refeitório para a totalidade dos alunos do ensino básico e pré-escolar, bem como os respetivos serviços de apoio à família.

Paralelamente o Município de Mortágua estabeleceu um contrato de cessão das instalações da Creche com a Santa Casa da Misericórdia, que ficou desde esta data com mais esta resposta social.

O diagnóstico elaborado no âmbito da Rede Social apontou para a necessidade urgente de responder às carências sentidas na área da deficiência e a Misericórdia, face a esta realidade, elaborou um projeto que aprovou no âmbito da Rede Social, tendo como parceiro o Município de Mortágua. Este projeto candidatado ao Programa Potencial Humano – Apoio a Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social, do Ministério do Trabalho e Segurança Social, teria um financiamento de 75% do valor da candidatura, **1.040.413,00 Euros**.

Aprovado o projeto, a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua abriu concurso público tendo sido o valor da adjudicação 1.280.250,00 Euros e sendo o prazo de execução 18 meses, tendo sido o contrato de adjudicação assinado no dia 24 de Agosto de 2011.

O Lar Residencial e Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão representaram a criação de um conjunto de novas Respostas Sociais nas atividades já desenvolvidas por esta instituição.

O equipamento social construído permitiu dar uma resposta integrada e um apoio de proximidade a um sector da população que é extremamente vulnerável, constituindo ao mesmo tempo um apoio às famílias que tem pessoas



[Handwritten signature]
Relatório de Atividades & Contas do Exercício

com deficiência a seu cargo, enfrentando muitas vezes, grandes dificuldades no dia-a-dia dada a necessidade de cuidados especiais para os quais não estão preparados.

O Lar Residencial iniciou atividade com uma capacidade para 24 utentes em regime de internamento e a mesma capacidade em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, acolhendo pessoas com idade a partir dos 18 anos.

Com a concretização deste projeto cumpriu-se um velho sonho da instituição, do município e do concelho que permitirá dar uma resposta social a quem tanto dela necessita e simultaneamente criou 22 postos de trabalho diretos, que associados aos 120 já existentes transformaram a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua no terceiro maior empregador do Concelho de Mortágua

A Cantina Social tem como objetivo suprir as necessidades alimentares de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através da disponibilização de refeições, e surge como resposta a uma necessidade que decorre da atual conjuntura socioeconómica, que resultou no protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar entre a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e o Instituto de Segurança Social, IP.

Dando continuidade ao seu trabalho e investimento em respostas e serviços diferenciadores a Misericórdia iniciou, em 2019, obras de requalificação de uma habitação para a criação de uma nova Resposta Social: a Residência Autónoma. Em dezembro de 2019 foi assinado o Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social e em fevereiro de 2020 entrou em pleno funcionamento com as suas 5 vagas preenchidas.

Ainda em 2019 a Misericórdia foi convidada para ser entidade coordenadora do Contrato Local de Desenvolvimento Social atribuído a município de Mortágua e iniciou, em conjunto com o Conselho Local de Ação Social, a elaboração da candidatura e plano de atividades. A candidatura foi aprovada com um valor total de 522 mil euros para três anos e iniciou atividade em junho de 2020 e terminou em 2023.

Em fevereiro de 2021, recebemos aprovação do alargamento da capacidade do Lar Residencial, no âmbito de uma candidatura elaborada em 2020, ao Programa de Reprogramações físicas da Segurança Social. Assim, a capacidade do Lar Residencial passou de 24 para 28 utentes, o que nos permitiu responder sobretudo a situações do CACI, que necessitavam, urgentemente, de apoio residencial. Neste contexto, foi assinado, também, um novo acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social.

Em 2025 foram concluídas as obras com candidatura aprovada ao PRR em 2022 para a abertura de uma nova Residência de Autonomização e Inclusão e de um novo Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão.



Visão

Ser uma Instituição de referência a nível regional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos.

Missão

Prestar serviços de excelência a nível da área social, da educação, da saúde e da reabilitação promovendo a melhoria contínua da qualidade de vida da População.

Valores

Equidade

Promover a todos a igualdade no acesso aos cuidados independentemente da condição social, económica ou religiosa.

Ética

Respeito pelos valores éticos e deontológicos relativos ao exercício da atividade de modo a prestar um serviço digno.

Rigor e Transparência

Consolidar o rigor Institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes.

Qualidade e Eficiência

Apostar na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.



2. Sistema de Gestão da Qualidade

Em 2025, o SGQ continua alinhado por ano civil, com exceção da área da infância, que manteve a análise por ano letivo. O alinhamento do SGQ por ano civil vai de encontro aos cumprimentos das exigências legais das IPSS ao nível do Plano de Atividades e Orçamento Previsional e do Relatório de Atividades e Contas do Exercício.

O SGQ está implementado em todos os serviços/respostas sociais.

A auditoria interna realizada a 29 e 30 abril de 2025 e teve como auditora a empresa XZ Consultores SA.

A segunda auditoria de Seguimento decorreu a 30 de junho com a atribuição do estatuto de entidade conforme pela ISO 9001:2015, através da empresa externa de certificação AENOR, em 8 serviços/respostas sociais: Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UMD e ULD), Lar Residencial, Centro de Atividades e Capitação para a Inclusão, Creche e Residência de Autonomização e Inclusão.

A Política da Qualidade não sofreu quaisquer alterações. Esta mantém-se afixada nos vários equipamentos.

Durante o ano de 2025 foram realizadas visitas de Acompanhamento Técnico pelo Centro Distrital da Segurança Social de Viseu a todas as Respostas Sociais e não foram detetadas irregularidades.

Políticas Institucionais

Qualidade:

- a) Cumprir a legislação aplicável bem como o estabelecido no Referencial ISO 9001: 2015 e MAQ da Segurança Social;
- b) Definir o planeamento estratégico, as políticas e os planos necessários para o cumprimento da missão da Misericórdia garantindo a melhoria contínua do seu desempenho;
- c) Estabelecer e fomentar relações de parceria com entidades públicas e privadas;
- d) Definir, monitorizar, avaliar objetivos, estratégias, indicadores e metas de modo a implementar melhorias no desempenho da organização;
- e) Promover a comunicação de forma a desenvolver uma cultura de melhoria contínua de acordo com o estabelecido no Sistema de Gestão da Qualidade;
- f) Garantir a permanente qualificação dos colaboradores de modo a assegurar o bom desempenho das suas funções;
- g) Desenvolver serviços de qualidade de modo a assegurar a satisfação contínua dos utentes;



Envolvimento e Participação:

- a) Identificar as necessidades, expetativas e potenciais de todos os utentes de modo participado e envolvendo todas as partes interessadas;
- b) Garantir uma gestão participada, no planeamento dos serviços, recolhendo feedback dos utentes, famílias, colaboradores, voluntários e restantes partes interessadas;
- c) Promover o envolvimento ativo do utente, colaboradores, famílias, voluntários, e restantes partes interessadas no planeamento, implementação e avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade garantindo a melhoria contínua dos serviços prestados.

Ética e Confidencialidade:

- a) Assegurar o cumprimento dos valores éticos e de confidencialidade, por todas as partes envolvidas no processo;
- b) Garantir o respeito pela dignidade de todos os utentes, colaboradores e restantes partes interessadas.

Recursos Humanos:

- a) Fomentar a constante motivação dos colaboradores, privilegiando o trabalho de equipa e as relações interpessoais;
- b) Garantir a permanente qualificação dos colaboradores que promovam o aumento dos seus conhecimentos, competências e aptidões, através de mecanismos inovadores;
- c) Garantir a igualdade de oportunidades, não discriminação e restantes princípios éticos;
- d) Reconhecer os comportamentos e qualidade de serviço prestado pelos colaboradores no desempenho das suas funções, através de um sistema de avaliação eficaz;
- e) Assegurar o cumprimento das questões relacionadas com HSST (Higiene, Saúde, Segurança no Trabalho).

Segurança e Ambiente

- a) Assegurar que todas as atividades se desenvolvem de acordo com o estabelecido pela Misericórdia, com a legislação e regulamentação de segurança e proteção ambiental em vigor e aplicável;
- b) Planear a prevenção para melhorar, de forma sustentada, o desempenho ambiental, a segurança e saúde no trabalho;
- c) Identificar e disponibilizar os meios necessários e otimizar os recursos disponíveis com vista à melhoria contínua do desempenho ambiental e de segurança;
- d) Promover a segurança de todos os colaboradores, utentes, voluntários e restantes partes interessadas.

A política da qualidade é coerente com a estratégia e plano de atividades e orçamento da Misericórdia, e é desenvolvida nos respetivos objetivos, a generalidade dos quais associados à gestão dos processos.



2.1. Apreciação às alterações organizacionais e técnicas

Em 2025 a nível organizacional ocorreram alterações decorrentes da eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2025-2028 e a nomeação da Diretora Geral.

2.2. Apreciação às alterações à legislação e regulamentação

Como já se referiu, o SGQ é recente e toda a documentação criada ou revista teve por base a legislação em vigor.

No ano 2025 mantiveram-se constantes as alterações à legislação. A listagem encontra-se identificada no Documento de Legislação Aplicável Mod.3.Prd2.PG1.

A legislação em matéria de Segurança no Trabalho e Medicina Ocupacional é gerida pelos prestadores dos respetivos serviços, assim como a inerente à segurança alimentar.



3. Análise de adequação de recursos

3.1. Recursos Humanos

Os recursos humanos são, sem qualquer dúvida, o mais importante ativo da instituição. São os colaboradores/funcionários que fazem toda a diferença quando se trabalha para e com pessoas.

Evolução do Número de Colaboradores

A análise da evolução do número de Recursos Humanos ao longo dos últimos anos evidencia uma relativa estabilidade na dimensão das equipas, com algumas oscilações que refletem sobretudo alterações conjunturais e organizacionais.

Entre 2017 e 2019 observa-se uma ligeira redução do número total de colaboradores. Contudo, nos anos de 2020 e 2021 verifica-se um aumento significativo, atingindo-se os valores mais elevados do período analisado. Este crescimento resulta essencialmente da necessidade de reforçar as equipas para responder às exigências impostas pela situação pandémica, garantindo simultaneamente a continuidade dos serviços e a segurança de utentes e profissionais.

A partir de 2022 inicia-se uma tendência de diminuição gradual do número de colaboradores. Esta redução torna-se mais expressiva na transição de 2023 para 2024, consequência direta de uma alteração estrutural na organização dos serviços. Nesse período, a instituição deixou de assumir responsabilidades na gestão dos Serviços de Apoio à Família e do Centro de Atividades de Tempos Livres, que passaram a ser assegurados pela Câmara Municipal, o que se refletiu naturalmente na redução do número global de trabalhadores.

Em 2025 verifica-se novamente um ligeiro aumento do número de colaboradores, passando de 158 para 167, o que demonstra uma estabilização da estrutura de Recursos Humanos após a reorganização ocorrida no ano anterior.

De forma global, os dados evidenciam que as variações registadas ao longo do período analisado estão diretamente relacionadas com fatores externos e organizacionais específicos, mais do que com alterações estruturais na dimensão das equipas associadas à atividade principal da instituição.

Durante o ano de 2025, o número de colaboradores no quadro da Santa Casa apresentou algumas flutuações, conforme ilustrado no gráfico n.º 2. O ano iniciou-se com 159 colaboradores em janeiro, registando uma ligeira subida para 161 em fevereiro, valor que se manteve estável até abril. A partir de maio, verificou-se um crescimento mais acentuado, atingindo 166 colaboradores, continuando a aumentar em junho (167) e julho (169).



[Handwritten signatures]

Em agosto ocorreu uma ligeira redução para 168 colaboradores, seguida de uma nova subida em setembro, mês em que se registou o valor mais elevado do ano, com 170 colaboradores. Nos meses finais observou-se uma tendência de decréscimo, com 165 colaboradores em outubro, 163 em novembro e 162 em dezembro, encerrando assim o ano com um número ligeiramente superior ao registado no início.

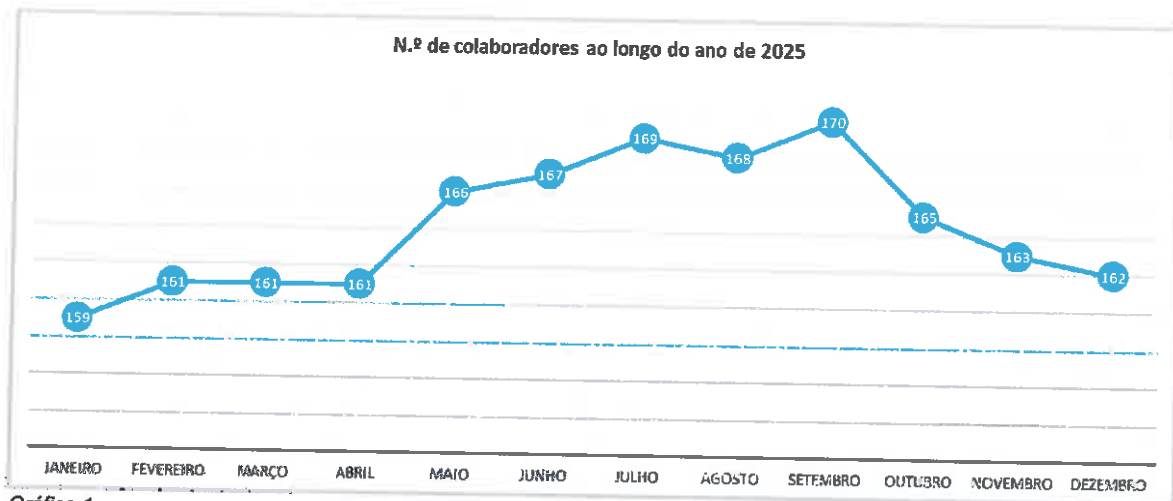


Gráfico 1

Estes distribuíam-se pelas respostas sociais/serviços de acordo com o gráfico n.º 3, podemos assim verificar que na ERPI existem no final de 2025 menos 1 colaborador que no ano anterior, na UCCI mais 1, no SAD mais 2, na creche mais 2, no Lar Residencial menos 1, na RAI mais 1 e no CACI mais 2. A diferença mais expressiva aconteceu na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário, uma vez que é um serviço onde se tem verificado muitas ausências prolongadas por baixa médica e onde existiu um aumento da capacidade do contrato.



Gráfico 2

Para além dos colaboradores identificados nestes gráficos, recorreremos também aos diversos programas do IEFP para fazer face às necessidades dos serviços e desta forma permitir perceber a adaptação dos colaboradores às funções. Assim, durante o ano de 2025, tivemos 7 Estágios e 8 CEI/+A/+I, distribuídos, de acordo com o gráfico 4, pelas diferentes respostas.



[Handwritten signatures]

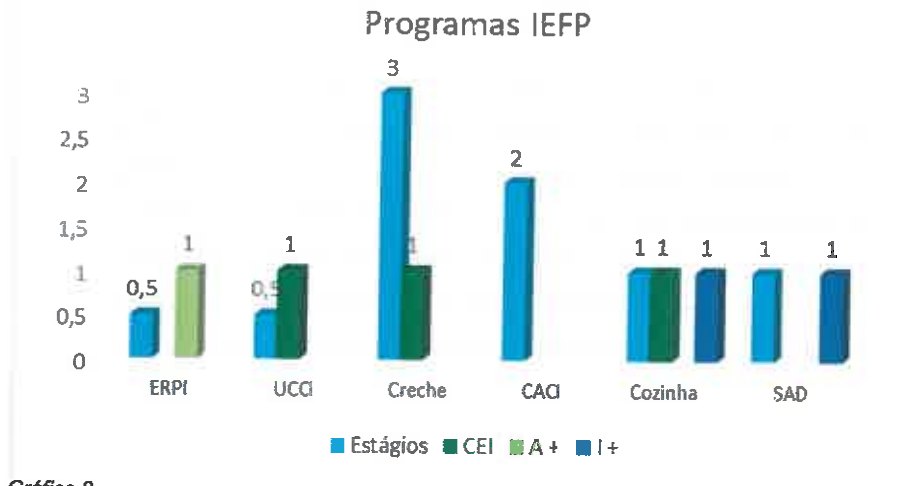


Gráfico 3

A 31 de Dezembro, tínhamos 162 colaboradores, distribuem-se pelas seguintes formas de relação laboral, contrato sem termo (160), contrato com termo (2), prestadores de serviços (6), Estágios Profissionais (2), CEI (3).



Gráfico 4

Relativamente à distribuição dos colaboradores por género, verifica-se uma predominância muito significativa do género feminino. Em 2025, dos 167 colaboradores da instituição, 151 são do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

Esta distribuição evidencia de forma clara a forte tendência para a feminização das profissões associadas às áreas do cuidado, apoio social e prestação de cuidados de saúde. Trata-se de uma realidade amplamente



observada neste setor de atividade, onde historicamente as funções ligadas ao acompanhamento, assistência e cuidado direto das pessoas são maioritariamente desempenhadas por mulheres.

No caso da instituição, esta tendência é particularmente expressiva, representando as colaboradoras cerca de 90% do total de Recursos Humanos. Este dado reflete, por um lado, a natureza das profissões predominantes na organização — como enfermagem, ação direta, terapia ou apoio social — e, por outro, um padrão estrutural que caracteriza o setor dos cuidados continuados e das respostas sociais em geral.

Apesar desta predominância feminina, importa reconhecer e valorizar o contributo de todos os profissionais, independentemente do género, sendo a diversidade um fator enriquecedor para o funcionamento das equipas e para a qualidade dos cuidados prestados.

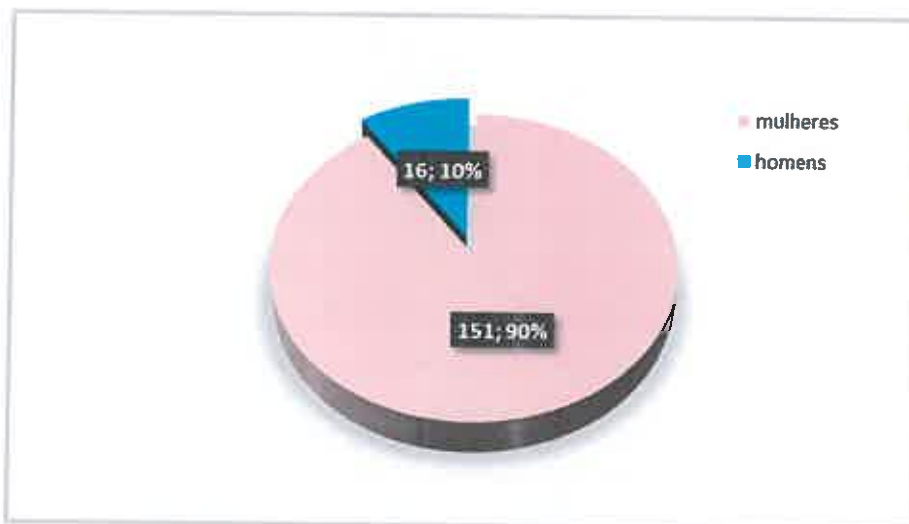


Gráfico 5

Relativamente ao absentismo, desde 2023 tem-se verificado a necessidade de um acompanhamento mais sistemático e de uma análise mais aprofundada deste indicador, atendendo ao seu impacto crescente na gestão operacional e na eficiência organizacional. Trata-se de uma realidade emergente no contexto da organização, cuja evolução tem vindo a assumir particular relevância nos últimos anos.

No ano de 2025, registou-se um total de 4.412,86 dias de ausência ao trabalho, correspondendo a um acréscimo de 505,86 dias face ao período homólogo. A tipologia das ausências distribuiu-se da seguinte forma: baixas médicas por doença (3.529 dias), acidentes de trabalho (345 dias), licenças de maternidade/paternidade (434 dias), faltas por falecimento de familiares diretos (36 dias), faltas não remuneradas (36,86 dias) e faltas injustificadas (32 dias).

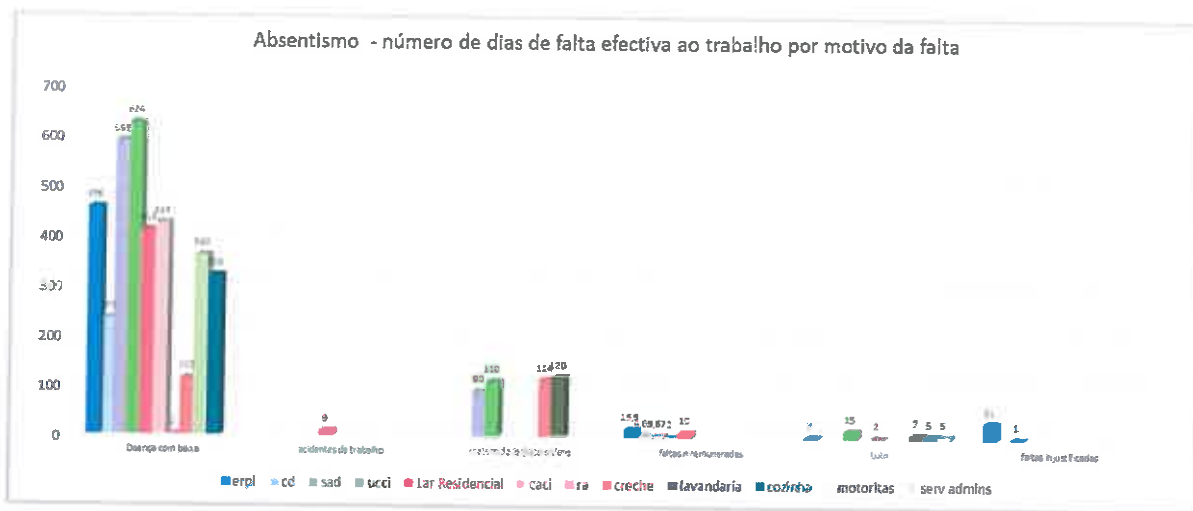


Gráfico 6

Focando a análise nas diferentes respostas sociais e serviços, verifica-se a seguinte distribuição do absentismo:

Na ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, registaram-se 727,5 dias de ausência ao trabalho, dos quais 456 dias por doença com baixa médica, 222 por acidentes de trabalho, 2 por falecimento de familiares diretos, 16,5 por faltas não remuneradas e 31 por faltas injustificadas.

No Centro de Dia, contabilizaram-se 247,69 dias de ausência, sendo 233 dias por doença com baixa médica, 10 por acidente de trabalho e 4,69 por faltas não remuneradas.

No SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, registaram-se 682,67 dias de ausência, dos quais 588 por doença com baixa médica, 90 por licença de maternidade/paternidade, 3,67 por faltas não remuneradas e 1 por falta injustificada.

Na UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados, observaram-se 751 dias de ausência, correspondendo 624 a doença com baixa médica, 110 a licença de maternidade/paternidade, 15 a falecimento de familiares diretos e 2 a faltas não remuneradas.

No Lar Residencial, registaram-se 472 dias de ausência, dos quais 410 por doença com baixa médica, 52 por acidentes de trabalho e 10 por faltas não remuneradas.

No CACI – Centro de Atividades de Capacitação e Inclusão, contabilizaram-se 426 dias de ausência, sendo 424 por doença com baixa médica e 2 por falecimento de familiares diretos.



[Handwritten signatures in blue ink]

Na Residência de Autonomização e Inclusão, registou-se 1 dia de ausência, motivado por doença com baixa médica.

Na Creche, observaram-se 227 dias de ausência, dos quais 113 por doença com baixa médica e 114 por licença de maternidade.

Relativamente aos serviços de apoio, registaram-se 878 dias de ausência ao trabalho, dos quais 680 por doença com baixa médica (360 na lavandaria e 320 na cozinha), 61 por acidente de trabalho (na cozinha), 120 por licença de maternidade/paternidade (na lavandaria) e 17 por falecimento de familiar direto.

A análise dos dados de absentismo relativos a 2025 evidencia uma tendência de crescimento face ao período homólogo, confirmando a relevância crescente deste indicador no contexto organizacional. O aumento de 505,86 dias de ausência sugere um agravamento da pressão sobre os recursos humanos, com potenciais impactos na continuidade dos serviços, na sobrecarga das equipas e na eficiência operacional.

Verifica-se uma forte concentração das ausências em baixas médicas por doença, que representam a larga maioria do total (cerca de 80%). Este dado poderá indiciar a necessidade de aprofundar a análise das condições de trabalho, dos níveis de desgaste físico e psicológico dos colaboradores, bem como da eventual incidência de doenças prolongadas ou recorrentes.

As licenças de maternidade/paternidade assumem igualmente um peso relevante, refletindo dinâmicas naturais da estrutura de recursos humanos, mas que exigem planeamento atempado ao nível da substituição e gestão de equipas.

Por sua vez, os acidentes de trabalho, com 345 dias registados, constituem um indicador crítico do ponto de vista da segurança e saúde no trabalho, sugerindo a necessidade de reforço das medidas preventivas, formação e monitorização de riscos profissionais.

As restantes tipologias de ausência — nomeadamente faltas por falecimento de familiares diretos, faltas não remuneradas e faltas injustificadas — apresentam uma expressão residual no total, não configurando, à partida, fatores críticos, embora devam continuar a ser acompanhadas de forma regular.

Em síntese, os dados apontam para a necessidade de consolidar mecanismos de monitorização e intervenção ao nível do absentismo, com especial enfoque na saúde ocupacional e na prevenção de acidentes de trabalho, de forma a mitigar o seu impacto na sustentabilidade operacional da organização.



Conclusões e Recomendações – Absentismo 2025

A análise do absentismo em 2025 confirma uma tendência de crescimento, com impacto direto na capacidade operacional da organização. A distribuição por respostas sociais evidencia assimetrias relevantes, identificando-se áreas críticas que requerem intervenção prioritária.

Destacam-se a UCCI, a ERPI e o SAD como as respostas com maior volume de absentismo, associadas a contextos de maior exigência física e emocional. Os serviços de apoio, em particular a lavandaria e a cozinha, apresentam igualmente níveis elevados, evidenciando vulnerabilidades ao nível da saúde ocupacional e segurança no trabalho.

O absentismo por doença assume carácter predominante e transversal a praticamente todas as respostas, configurando-se como o principal fator de pressão sobre os recursos humanos. Os acidentes de trabalho, embora mais localizados, assumem relevância em contextos operacionais específicos, nomeadamente na ERPI, Lar Residencial e cozinha.

Por outro lado, as licenças de maternidade/paternidade, com maior incidência em algumas respostas, refletem dinâmicas previsíveis, mas que exigem uma gestão mais estruturada ao nível da substituição e continuidade dos serviços.

Face ao exposto, recomendam-se as seguintes linhas de intervenção:

- Reforço das políticas de saúde ocupacional, incluindo programas de prevenção do desgaste físico e psicológico, particularmente nas respostas de maior exigência (UCCI, ERPI e SAD);
- Implementação ou reforço de medidas de segurança no trabalho, com enfoque nos contextos onde se verificam acidentes, nomeadamente cozinha e respostas residenciais;
- Monitorização sistemática do absentismo, com análise regular por tipologia e unidade funcional, permitindo uma atuação mais precoce e direcionada;
- Desenvolvimento de estratégias de gestão de recursos humanos que assegurem a substituição atempada em situações previsíveis, como licenças parentais;
- Promoção de ações de sensibilização e formação interna, orientadas para a redução de riscos profissionais e melhoria do bem-estar organizacional.



[Handwritten signature]

Com base no descrito, constatamos que nem todos os indicadores foram cumpridos, podemos analisar esta situação no quadro seguinte:

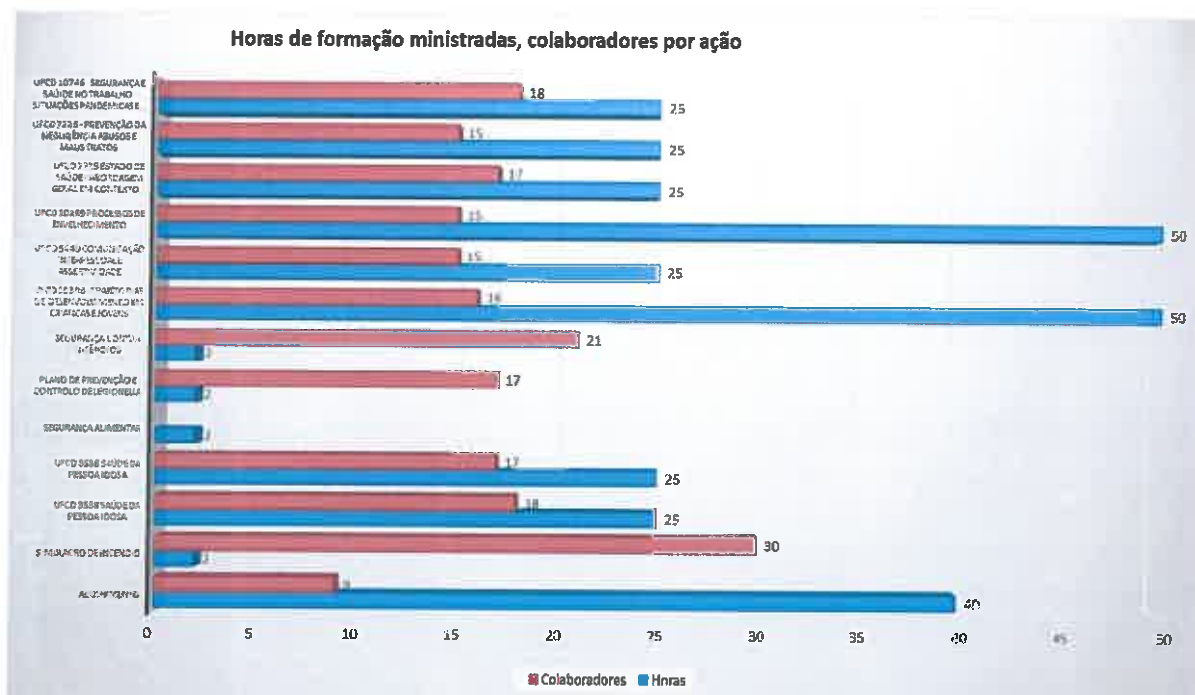
Indicador	Meta	Resultado	Análise a 31 de dez de 2025
<i>Taxa de participação nas atividades propostas</i>	75%	82%	Cumprida
<i>Taxa de absentismo global e por resposta social</i>		7,13%	Não Cumprida
<i>ERPI</i>		5,25%	Não Cumprida
<i>CD</i>		22,62%	Não Cumprida
<i>SAD</i>		8,50%	Não Cumprida
<i>UCCI</i>		6,43%	Não Cumprida
<i>Creche</i>		3,89%	Cumprida
<i>Lar Residencial</i>		3,46%	Cumprida
<i>CACI</i>	≤ 5	16,16%	Não Cumprida
<i>Residência Autónoma</i>		0,14%	Cumprida
<i>Lavandaria</i>		33,36%	Não Cumprida
<i>Cozinha</i>		10,58%	Não Cumprida
<i>Frota</i>		0,34%	Cumprida
<i>Serviços Administrativos</i>		0%	Cumprida



[Handwritten signature]
Relatório de Atividades & Contas do Exercício

Formação Profissional

A formação profissional constitui um elemento essencial para o desenvolvimento de competências dos colaboradores da Instituição, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Através de ações de formação internas e externas, pretendeu-se atualizar conhecimentos, reforçar boas práticas profissionais, garantir o cumprimento da legislação aplicável e promover a segurança e o bem-estar de utentes e trabalhadores. A formação foi planeada de acordo com as necessidades identificadas e registada para efeitos de acompanhamento e melhoria contínua.



Indicador	Meta	Resultado	Análise a 31 de dez de 2025
Taxa de cumprimento do PAF	85%	100%	Cumprida
Taxa de participação dos colaboradores	95%	143%	Cumprida



A avaliação da eficácia da formação é fundamental para garantir que os objetivos de aprendizagem são alcançados e que os conhecimentos adquiridos se traduzem em práticas concretas no dia a dia. Esta avaliação é feita, de acordo com o procedimento interno, 6 a 9 meses após o término da formação através de questionários, da observação do desempenho prático dos colaboradores e análise de indicadores de desempenho relacionados com a área de atuação.

A este nível, durante o ano de 2025, procedeu-se à avaliação da formação para a qual foi proposta avaliação da eficácia.

Na formação na área da Segurança Alimentar, recorremos às análises periódicas para comprovar a eficácia da formação e consideramos existir a necessidade de continuar a insistir neste tipo de formações e sensibilizações, uma vez que nem sempre o resultado analítico corresponde ao expectável.

Na formação na área do Controlo da Legionella, recorremos igualmente às análises periódicas e constatámos que a formação foi eficaz, uma vez que todas as análises tiveram resultado negativo.

No âmbito da formação Trajetórias de Desenvolvimento em Crianças e Jovens (UFCD 10386), procedeu-se à avaliação da sua eficácia através da aplicação de um questionário aos colaboradores que a frequentaram. Os resultados obtidos permitem concluir que a ação foi considerada eficaz.

De forma qualitativa, os participantes destacaram a relevância e pertinência da formação, evidenciada por comentários como: "deveríamos ter formações desta natureza com maior regularidade (por exemplo, duas vezes por ano)", "é importante manter este tipo de formação na nossa área de intervenção" e "todas as pessoas na área da educação deveriam ter formação nestas temáticas".

Relativamente aos resultados quantitativos da avaliação da formação, verifica-se uma apreciação global extremamente positiva por parte dos participantes. As respostas concentram-se exclusivamente nas categorias mais favoráveis da escala, não se registando qualquer ocorrência nas opções "Discordo Totalmente" e "Discordo".

A maioria das respostas situa-se na categoria "Concordo Totalmente", com valores muito expressivos em todos os itens avaliados (entre 14 e 18 respostas), evidenciando um elevado grau de satisfação e concordância com os conteúdos, metodologia e pertinência da formação. A categoria "Concordo" apresenta também alguma representatividade, embora residual face ao predomínio das respostas mais positivas.

As respostas na categoria intermédia "Nem concordo nem discordo" são praticamente inexistentes, surgindo apenas de forma pontual em dois itens, o que reforça a consistência da avaliação positiva.

Em termos globais, os resultados demonstram um elevado nível de eficácia da ação de formação, com forte alinhamento entre os objetivos propostos e a perceção dos formandos, não se identificando indicadores relevantes de insatisfação ou discordância.



No que respeita ao parecer da Diretora Técnica (Q11), os resultados evidenciam uma concordância total relativamente à eficácia da ação de formação, tendo sido registadas 18 respostas afirmativas ("Sim") e nenhuma resposta negativa ("Não").

No âmbito da formação UFCD 3538 – Saúde da Pessoa Idosa: Cuidados Básicos, procedeu-se igualmente à avaliação da sua eficácia através da aplicação de um questionário aos colaboradores participantes.

A análise dos resultados evidencia uma apreciação global muito positiva. À semelhança da ação anterior, não se registam respostas nas categorias "Discordo Totalmente" e "Discordo", o que demonstra a inexistência de perceções negativas relativamente à formação.

As respostas concentram-se maioritariamente nas categorias "Concordo Totalmente" e "Concordo", sendo a primeira a mais representativa em todos os itens (com valores entre 9 e 13 respostas), o que traduz um elevado nível de satisfação e reconhecimento da qualidade da ação. A categoria "Concordo" apresenta também uma expressão relevante, reforçando a consistência da avaliação positiva.

As respostas na categoria intermédia "Nem concordo nem discordo" são residuais e pontuais, não assumindo expressão significativa no conjunto da avaliação.

Em termos globais, os resultados permitem concluir que a formação foi eficaz, evidenciando um elevado grau de satisfação dos participantes e um bom alinhamento entre os conteúdos ministrados e as necessidades identificadas no contexto de intervenção com a pessoa idosa.

No que diz respeito ao parecer da Diretora Técnica (Q11) relativo à formação *UFCD 3538 – Saúde da Pessoa Idosa: Cuidados Básicos*, registaram-se 16 respostas afirmativas ("Sim") e nenhuma resposta negativa ("Não").

Este resultado reflete um consenso positivo da Direção Técnica quanto à qualidade, pertinência e eficácia da formação, confirmando a sua validação institucional e alinhamento com as necessidades do serviço.

No âmbito da formação UFCD 10289 - Processos de Envelhecimento, procedeu-se à avaliação da eficácia através da aplicação de questionário aos colaboradores participantes.

Os resultados revelam uma avaliação globalmente positiva, sem qualquer registo nas categorias "Discordo Totalmente" ou "Discordo", o que indica ausência de perceções negativas face à formação.

A distribuição das respostas concentra-se predominantemente nas categorias "Concordo" e "Concordo Totalmente", ainda que com menor expressividade relativa da categoria "Concordo Totalmente" quando comparada com formações anteriores. A categoria "Concordo" apresenta valores consistentes, variando entre 3 e 12 respostas por item.

A categoria intermédia "Nem concordo nem discordo" apresenta uma expressão mais significativa face a outras formações, com alguns itens a registar até 4 respostas nesta opção, sugerindo alguma neutralidade ou dúvidas pontuais por parte dos formandos.



Em suma, os resultados apontam para uma perceção positiva da formação, embora com um grau de convicção ligeiramente inferior comparativamente a outras ações avaliadas, o que poderá indicar áreas para melhorias futuras, nomeadamente na clarificação de conteúdos ou metodologias aplicadas.

No que concerne ao parecer da Diretora Técnica (Q11) sobre a formação *UFCD 10289*, foram registadas 15 respostas afirmativas ("Sim") e nenhuma resposta negativa ("Não").

Este resultado evidencia uma avaliação positiva da Direção Técnica quanto à qualidade e pertinência da formação, corroborando a sua aprovação institucional e o seu alinhamento com os objetivos e necessidades do serviço.



3.2. Recursos

A Misericórdia desenvolve as suas atividades em sete equipamentos/edifícios distintos:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), localizada na Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca, nº 4 3450-151, com capacidade para 55 utentes.
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados, localizada no edifício do antigo Hospital concelhio, na Rua da Gândarada. Neste espaço funciona também o serviço de Reabilitação/Fisioterapia aberto à comunidade;
- Serviços Administrativos, na Rua Dr. Manuel Rodrigues, funcionam os Recursos Humanos, a Contabilidade, o Aprovisionamento, os Pagamentos e o Serviço do Apoio Domiciliário.
- Lar Residencial e CACI, situados na Avenida do Reguengo, na Cruz de Vila Nova, com capacidade para 26 residentes em Lar Residencial e 24 utentes em Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão;
- Creche, situada na Rua da Cerâmica, na Gândara, integrados no espaço do Centro Educativo.
- Residência Autonomização e Inclusão situada em Rua Alto da Gândarada, nº 15, Mortágua, com capacidade para 5 utentes.
- Centro de Dia, na antiga Escola Primária de Vila- Moinhos, com capacidade para 24 utentes.



4.Processos Chave

4.1.Creche

A Creche é uma Resposta Social da Área da Infância da SCMM que funciona de segunda a sexta-feira das 07h45 às 19h00.

Tem capacidade para 88 crianças, com 60 Acordos de Cooperação com a Segurança Social.

O berçário tem capacidade para 20 bebés, dos 4 aos 12 meses, e este ano pela primeira vez atingiu a sua capacidade máxima no primeiro semestre. As salas dos 12 aos 24 e dos 24 aos 36 meses também tiveram uma taxa de ocupação de 100% em 2024.

As atividades realizadas com as crianças são previamente programadas e planeadas e têm sempre em consideração seu desenvolvimento harmonioso, a sua idade, nível de desenvolvimento e realidade sociocultural do meio em que se inserem e estão de acordo com o plano pedagógico definido anualmente.

A Creche conta com uma equipa multidisciplinar composta por Direção Pedagógica e Técnica, Educadoras de Infância, Auxiliares de Ação Educativa e Serviços Gerais, que tem vindo sempre a aumentar, à medida que o número de crianças vai aumentando e conta ainda com os serviços da cozinha do Centro Educativo (CMM) e restantes serviços transversais da Misericórdia.

Principais indicadores e metas:

Indicadores 2025	Metas	Resultados
<i>Introdução da plataforma digital</i>	80%	Não atingido
<i>Atendimento de qualidade</i>	90%	Atingido
<i>Construção de uma nova sala</i>	100%	Atingido
<i>Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares</i>	≥ 90%	96%



Análise dos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
16.828,10€	141.973,92	98.954,09€

No encerramento do ano verifica-se um resultado líquido positivo de 141.973,92€, um valor superior ao do ano anterior.

Este resultado deve-se, sobretudo, ao aumento das comparticipações do Instituto da Segurança Social e ao aumento do número de crianças inseridas na medida da gratuidade em creche, pois o valor da comparticipação é superior ao valor do acordo por utente.



4.2.Lar Residencial

O Lar Residencial (LRE) é uma estrutura de apoio social que visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que se encontrem impedidas, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Consistem na prestação de cuidados individualizados e personalizados em locais de acolhimento, procurando satisfazer-lhes necessidades básicas e/ou atividades de vida diária. O acolhimento/colocação considera ainda os apoios ao nível dos Cuidados Pessoais e de Saúde, Refeições, Apoio nas Atividades Instrumentais da Vida Quotidiana e Atividades de Inclusão.

No ano de 2025 o foco de intervenção desta resposta social centrou-se nos cuidados pessoais e de saúde, uma vez que o LRE entrou numa nova realidade - o envelhecimento e, conseqüentemente o aumento das dependências e agravamento do estado de saúde de alguns utentes, o que obrigou a um maior acompanhamento da equipa de enfermagem no sentido de formar as colaboradoras para determinados cuidados básicos de saúde.

Durante o ano de 2025, realizamos várias atividades ao fim de semana, de forma atenuar os efeitos da institucionalização, tais como: ida às tasquinhas, participação nas comemorações de natal, e participação em algumas atividades culturais organizadas pelo município.

O Lar Residencial funciona 7 dias por semana, durante 24h. Tem capacidade para 28 utentes e acordo de cooperação com a Segurança Social para 26 utentes. No ano de 2025 foi admitida uma nova utente a pedido do Instituto de Segurança Social.

Análise dos principais indicadores:

Principais indicadores e metas

Indicadores 2025	Metas	Resultados
<i>Total utentes Acordo de Cooperação</i>	26	26
<i>Taxa de Ocupação</i>	100%	100%
<i>Número de saídas</i>	0	3
<i>Novas admissões</i>	0	2
<i>Taxa de cumprimento dos Planos Individuais</i>	80%	90%
<i>Taxa de Execução da Plano de Atividades de Inclusão</i>	80%	88%
<i>Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares</i>	≥ 90%	73%

Da análise dos indicadores apresentados, não se verifica qualquer desvio que comprometa significativamente o desempenho desta resposta social. De salientar os resultados acima da meta estabelecida, dos planos individuais, resultado que demonstra que os serviços prestados corresponderam às necessidades dos utentes.



Análise aos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
34.519,15€	73.001,81€	73.353,19€

O Lar Residencial apresenta um resultado líquido de 73.001,81€ €, valor significativamente superior ao orçamentado. Este resultado deve-se, não só a uma gestão com rigor, mas também, ao aumento dos acordos de cooperação, em 4,9%, ao aumento das mensalidades dos utentes, que frequentam também o CACI, em 2%, e 4% para os utentes que frequentam só o Lar Residencial.

Ao nível dos gastos, houve uma diminuição na rubrica *Fornecimento e Serviços Externos*, apesar do Lar Residencial estar com um maior número de utentes dependentes, houve um bom controlo dos custos, nomeadamente em produtos de higiene, conforto e alimentação específica. Houve muito poucos gastos ao nível de investimentos em ajudas técnicas, uma vez que houveram várias doações (camas articuladas, cadeiras de rodas etc), não havendo, por isso, gastos significativos.

Na rubrica *Gastos com pessoal*, verifica-se um aumento, que se deve, essencialmente, ao pagamento de subsídio de alimentação a todos os colaboradores, à atualização do salário mínimo nacional e, conseqüentemente, o aumento do subsídio de turno, e por fim, o aumento de 5% dos salários médios.



[Handwritten signature]
Relatório de Atividades & Contas do Exercício

4.3. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) é um equipamento social que visa a promoção da qualidade de vida de pessoas com deficiência, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constitui como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade. Destina-se a pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional, designadamente entre experiências laborais. São disponibilizadas atividades ocupacionais, terapêuticas, de interação com o meio, socialmente úteis e de qualificação para a inclusão social e profissional.

Em 2025, consolidamos o preconizado na portaria nº70/2021 de 26 de março. Neste novo modelo reforçamos e proporcionamos condições para que as pessoas façam as suas escolhas e participem na definição do seu percurso individual.

Durante o ano, o desporto continuou a ser uma das nossas apostas. Participamos em vários Torneios de Boccia, bem como, circuitos de Orientação Adaptada.

No que concerne as Atividades Socialmente úteis, aumentamos o número de utentes, com mais uma integração. O aumento ficou aquém do resultado pretendido, as dificuldades em encontrar estruturas comunitárias que aceitem as condições exigidas, nomeadamente no que toca ao pagamento das compensações previstas na Portaria regulamentadora, é um fator dificultador. Contudo, manteve-se um número elevado de participação em ASU, com um volume significativo de trabalhos desenvolvidos para diversas empresas, gerando um retorno financeiro satisfatório para os utentes. No que diz respeito a este indicador, é necessária a revisão do seu planeamento com o objetivo de o adequar à realidade atual e potenciar resultados mais alinhados com as expectativas

Integramos uma nova utente ao abrigo do PIT (Programa Individual de Transição), residente no concelho, que frequentava o Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão.

O CACI tem capacidade para 24 utentes e acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social para 22 utentes, funcionando nos dias úteis das 08h.00 às 18h00.

Analisando os objetivos e as atividades propostas para 2025 não se verificam desvios consideráveis entre as metas e os resultados. Temos uma melhor execução dos indicadores, face ao que prevíamos, que muito se deve ao esforço e dedicação de toda a equipa.



Análise dos principais indicadores:

Principais indicadores e metas

Indicadores 2025	Metas	Resultados
Total utentes Acordo de Cooperação	22	22
Taxa de Ocupação	100%	100%
Número de saídas	0	2
Novas admissões	0	2
Taxa de cumprimento dos Planos Individuais	80%	90%
Taxa de Execução do Plano de Atividades de Inclusão	80%	88%
Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares	≥ 90%	78%

Análise aos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
37.519,15	55.582,77€	54.825,73€

O CACI apresenta um resultado líquido de 55.582,77€. O valor é superior ao previsto em orçamentado. Este resultado deve-se, não só, a uma gestão rigorosa, mas também, ao aumento de receitas, nomeadamente, nos acordos de cooperação em 4,9% e ao aumento das mensalidades dos utentes em 2% para os internos e 4% para os externos. O CACI, teve, também, uma majoração de 1,1%, dado que foi considerada uma resposta social, numa situação deficitária, face ao valor da repartição equitativa dos custos previamente fixados.

Ao nível dos gastos verifica-se, uma diminuição significativa, na rubrica *Fornecimento e Serviços Externos*. A instalação de painéis fotovoltaicos, em 2022, e a doação de ajudas técnicas permitiram uma redução bastante significativa nesta rubrica.

Na rubrica *Gastos com pessoal*, houve um aumento, que se deve, essencialmente, ao pagamento de subsídio de alimentação a todos os colaboradores, à atualização do salário mínimo nacional e ao aumento de 5% dos salários médios





4.3. Residência de Autonomização e Inclusão

A Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) é uma resposta de alojamento residencial, de caráter temporário ou permanente, desenvolvida em moradia e inserida na comunidade. Tem capacidade para cinco utentes, com idades compreendidas entre os 55 e os 69 anos, portadores de deficiência ou incapacidade, mas com capacidade para viver de forma autónoma. Tem como objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo.

À semelhança do ano anterior, o Plano Individual de Autonomização (PIA) foi elaborado com base nas expectativas, capacidades, necessidades, interesses e hábitos de cada utente. O quotidiano destes utentes inicia-se com apoio ao nível das AVD's e AIVD's, nomeadamente na realização da higiene pessoal de forma autónoma, confeção do pequeno-almoço, realização das camas, arejamento da habitação e limpeza do espaço.

Após estas atividades, os utentes integram o atelier de manutenção de espaços, no sentido de monitorizar os espaços envolventes e de se manterem envolvidos em atividades familiarizadas com o seu percurso de vida.

No período da tarde (segundas, quartas e sextas-feiras), os utentes são transportados para as Experiências Socioprofissionais (ESP). Estas atividades visam o treino de competências sociais e profissionais em contexto real de trabalho, privilegiando o seu desenvolvimento em entidades externas.

Os utentes da RAI beneficiam igualmente de apoio ao nível da saúde, nomeadamente na preparação e administração da medicação, na articulação com entidades de saúde, na realização de análises clínicas regulares e no acompanhamento em situações de agudização.

Para além destes apoios, dispõem ainda de acompanhamento nas áreas da reabilitação física e da psicologia.

Os utentes participaram também, de forma regular, em atividades dinamizadas pela comunidade local, nomeadamente festivais gastronómicos, festas municipais, caminhadas e iniciativas de sensibilização e consciencialização sobre diversas temáticas, entre outras. A participação nestas iniciativas revela-se de particular importância, na medida em que promove a integração comunitária, estimula o desenvolvimento de competências sociais e relacionais e reforça o sentimento de pertença à comunidade, contribuindo para a promoção de uma cidadania ativa e para o processo de inclusão social.

É ainda de salientar que foi construído um novo edifício, assente nos mesmos princípios da RAI, através de uma candidatura ao PRR, a qual foi aprovada, estando prevista a sua abertura no decurso do corrente ano.

No que respeita aos Planos Individuais, registou-se uma taxa de concretização de 85%, não tendo sido atingido o objetivo inicialmente estabelecido. Este resultado deve-se exclusivamente ao agravamento do estado de saúde de dois utentes, situação que, com o devido acompanhamento, foi posteriormente colmatada.



Ao encerrar o ano e após análise dos objetivos e das atividades propostas para 2025, verifica-se que não ocorreram desvios significativos entre as metas definidas e os resultados alcançados, com exceção da percentagem relativa aos Planos Individuais e ao Plano de Atividades e Inclusão (PAI).

No que respeita aos Planos Individuais, registou-se uma taxa de concretização de 85%, não tendo sido atingido o objetivo inicialmente estabelecido. Este resultado deve-se exclusivamente ao agravamento do estado de saúde de dois utentes, situação que, com o devido acompanhamento, foi posteriormente colmatada.

Relativamente ao PAI, o resultado obtido também ficou aquém da meta definida, uma vez que algumas atividades não foram realizadas devido à indisponibilidade de transporte em autocarro.

Análise dos principais indicadores:

Principais indicadores e metas

Indicadores 2025	Metas	Resultados
<i>Total utentes Acordo de Cooperação</i>	5	5
<i>Taxa de Ocupação</i>	100%	100%
<i>Número de saídas</i>	-	-
<i>Novas admissões</i>	-	-
<i>Taxa de cumprimento dos Planos Individuais</i>	≥ 90%	85%
<i>Taxa de Execução da Plano de Atividades de Inclusão</i>	≥ 90%	88%
<i>Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares</i>	≥ 90%	74%

Análise aos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
7376,24€	21.405,79€	19.779,71€

A RAI apresenta um resultado líquido de 21.405,79 €, significativamente superior ao previsto em orçamento.

Da análise da demonstração de resultados verifica-se que a Resposta Social registou um crescimento de 18,68% nas vendas e serviços prestados face a 2024. Esta rubrica corresponde essencialmente ao aumento das participações familiares e ao reforço dos valores recebidos através dos acordos de cooperação.



[Handwritten signature in blue ink]

Relativamente aos gastos, observa-se um aumento dos custos com o pessoal, decorrente da atualização do quadro de funcionários face à nova legislação, bem como um acréscimo nos fornecimentos e serviços externos, justificado pelo aumento do preço da alimentação, dos produtos de higiene e dos itens de conforto habitacional e pessoal destinados aos utentes.

No ano anterior, estava previsto um orçamento destinado à realização de algumas melhorias importantes nas instalações da instituição. No entanto, devido à falta de colaboração por parte das empresas externas contactadas, não foi possível concretizar estas intervenções. Por se tratarem de alterações relevantes para o conforto e bem-estar dos utentes, espera-se que as obras sejam realizadas durante o presente exercício (2026).



4.4. Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

No ano de 2025, a Estrutura Residencial para Idosos apresentou uma taxa de ocupação de 100%, ou seja, com uma frequência média de 55 utentes, sendo na sua maioria utentes do sexo feminino.

Ao caracterizarmos os residentes da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) no ano de 2025 por grupo etário, verifica-se que os grupos que apresentam uma forte expressão são os que estão acima dos 80 anos, ou seja, o grupo dos grandes idosos. Pela análise, concluímos que 80% dos utentes da resposta social ERPI apresenta idades acima dos 80 anos, com um forte destaque para o número de utentes (29) com idade ≥ 85 anos.

No que concerne ao perfil dos residentes, manteve-se um acentuado declínio físico e cognitivo com o aumento da prevalência de situações com diagnóstico de demências, cerca de 29%, ou seja, 16 utentes.

No final de 2025, 31% dos residentes apresentavam uma dependência moderada. A grande maioria de residentes, cerca de 69%, apresentavam dependência grave ou total, cerca de 69%, o que, inevitavelmente, impacta no funcionamento da equipa e nos seus rácios.

Ao nível das atividades de desenvolvimento pessoal, a ERPI deu continuidade ao modelo de intervenção técnica, assente na interdisciplinaridade e intervenção sistémica, desenvolvida em ambiente com intencionalidade terapêutica, minimizando a perda das condições físicas, cognitivas e funcionais, mas também atuando na prevenção.

No ano de 2025, continuámos a trabalhar com a plataforma informática de gestão de utentes *My Sénior*, maximizando as suas potencialidades. A nível técnico, consideramos que conseguimos consolidar a prática de registos pretendida e conseqüentemente uma melhoria significativa na comunicação interna dos serviços.

Abaixo apresentamos os resultados dos principais indicadores que nos propusemos a avaliar ao longo do ano de 2025.

Principais indicadores e metas:

Indicadores 2025	Metas	Resultados
<i>Total de utentes internados</i>	55	55
<i>Total de utentes internados com acordo de cooperação</i>	51	51
<i>Taxa de Ocupação</i>	100%	100%
<i>Número de novos utentes (admissões)</i>	-	9
<i>Taxa de cumprimento dos Planos Individuais</i>	$\geq 90\%$	88%
<i>Taxa de Execução da PADAP</i>	$\geq 90\%$	89%
<i>Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares</i>	$\geq 90\%$	87%



[Handwritten signature in blue ink]

Análise dos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
-33 689,32 €	- 69 811, 18 €	- 67 651,89€

A ERPI apresentou um resultado líquido de - 69 811,18 €, valor inferior ao previsto em orçamento. Este resultado deve-se a um aumento significativo dos gastos nas rubricas: gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos. Relativamente aos gastos a rubrica gastos com pessoal apresentou um aumento de -5,72% decorrente do aumento do salário mínimo nacional, do aumento salarial em 5% e atualização salarial de acordo com a tabela da UMP com retroativos desde janeiro de 2025.

Relativamente aos rendimentos, verificou-se um aumento na rubrica vendas e serviços prestados, decorrente, da atualização da comparticipação financeira da segurança social e das mensalidades dos utentes num total de 1 035 470,90€ no ano 2025, refletindo um aumento de 13,31%.



[Handwritten signature]

4.5. Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta que visa mitigar o isolamento, solidão e a dependência. Contribui para a promoção da autoestima, autonomia partilha de conhecimentos e experiências, permitindo que cada individuo se sinta útil e ativo. É uma resposta de salvaguarda e que retarda a institucionalização da pessoa, permitindo que este permaneça no seu meio natural de vida.

No ano de 2025, o Centro de Dia mante-se nas instalações da antiga Escola de Vila-Moinhos espaço cedido pela autarquia à Santa Casa, através de cedência do direito de superfície para funcionamento da resposta social Centro de Dia. Em 2025 foi iniciada a obra com aumento do número de wc, gabinete técnico e arranjos dos espaços exteriores com a criação de um espaço coberto para apoio à entrada e saída dos utentes.

O equipamento apresentou uma taxa de ocupação de 100%. ou seja, com uma frequência média de 24 utentes, residente em várias freguesias do Concelho (Espinho, Pala, Sobral e União de freguesias de Mortágua). Tem idades compreendidas entre os 60 e os 92 anos de idade e são na sua maioria utentes do sexo feminino (79%).

Ao longo de 2025 frequentaram o Centro de Dia 35 utentes, traduzindo-se em 5 novas admissões.

No que concerne ao perfil dos utentes, 54% dos utentes caracterizam-se por uma dependência ligeira ou moderada sendo que das novas admissões 5 estão diagnosticadas com demência.

A atividade central do Centro de Dia é a prestação de serviços e cuidados aos utentes sendo o serviço de refeição o mais solicitado. No ano em análise os cuidados/acompanhamento de enfermagem, apoio na medicação e acompanhamento aos cuidados de saúde (consultas médicas) foram os serviços que apresentaram uma maior subida. É de realçar também a importância do serviço de transporte que asseguramos aos utentes, num total de 22. Durante o ano em análise foram percorridos um total de 78 683km.

No início do ano de 2025, demos continuidade ao uso da plataforma informática de gestão de utentes My sénior, que veio contribuir como garante de efetivo da passagem de informação a toda a equipa. A nível técnico, ou seja, no que ao planeamento diz respeito, consideramos que conseguimos consolidar a prática de registos pretendida e conseqüentemente uma melhoria significativa na comunicação interna dos serviços.

De seguida apresentamos os resultados dos principais indicadores que nos propusemos a avaliar durante o ano de 2025.



[Handwritten signature]

Principais indicadores e metas:

Indicadores 2025	Metas	Resultados
Total de utentes apoiados	24	24
Total de utentes com acordo de cooperação	20	20
Taxa de Ocupação	100%	100%
Número de novos utentes (admissões)	-	
Taxa de cumprimento dos Planos Individuais	≥90%	93%
Taxa de Execução da PADAP	≥ 90%	89%
Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares	≥ 90%	88%

Análise dos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
- 27 787,24 €	1 569,75 €	- 20 347,68€

O Centro de Dia apresentou um resultado líquido de 1.569,75 € euros. Este resultado reflete um maior rigor na afetação dos custos com particular incidência para os custos com pessoal e fornecimento de serviços externos da resposta social.

Este cenário deve-se também a um ligeiro aumento das receitas na rubrica venda e serviços prestados decorrente da atualização anual das mensalidades dos utentes e das comparticipações da segurança social, que tiveram uma atualização na ordem 6% (4,9% acrescido de uma majoração de 1,2%).



4.6. Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que visa garantir a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos seus utentes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização.

Esta resposta social tem, também, como objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não possuem redes informais de suporte e/ou relacionamento familiar, promovendo e fomentando uma relação de proximidade entre serviço, utente e família/cuidador.

O SAD da SCMM tem capacidade para 90 utentes e em 2025 teve uma frequência mensal média de 90 utentes e apoiou um total de 133.

Em maio de 2025 o SAD concorreu ao PROCOP com vista ao aumento de vagas em acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social. Esta candidatura foi aprovada e em novembro de 2025 um novo Acordo de Cooperação entrou em vigor no SAD com vagas em acordo para 70 utentes. Em dezembro houve nova revisão ao Acordo de Cooperação, aumentando as vagas comparticipadas para 76, através de um pedido de reafectação das verbas do CATL encerrado em setembro de 2023.

De um ponto de vista global, compreende-se que a resposta social SAD é uma estrutura fundamental e de futuro, principalmente quando as respostas e serviços de carácter residencial não conseguem garantir cuidados a todos quanto dele necessitam. No entanto, e apesar de serem evidentes as alterações no perfil do utente de SAD, não se prevê a tão aguardada revisão ao modelo de funcionamento dos SAD's. O que não nos permite executar grandes alterações e melhorias estruturais na prestação de cuidados domiciliários sem suportar elevados gastos. Ainda assim, o maior gasto/investimento do SAD é na contratação de Ajudantes Familiares, pois os utentes admitidos são cada vez mais dependentes necessitando de cuidados mais individualizados e que obrigam a uma maior permanência dos colaboradores em cada domicílio no momento da prestação de cuidados.

Durante o ano de 2025, uma das grandes dificuldades foi em manter a taxa de ocupação das vagas em acordo de cooperação, pois a obrigatoriedade de usufruir de dois serviços para ocupar uma vaga em acordo de cooperação, exclui muitos dos utentes apoiados, pois a nossa oferta de serviços, de acordo com o enquadramento legal, não corresponde às reais necessidades dos potenciais utentes de SAD que procuram principalmente cuidados de higiene e conforto, saúde, enfermagem e reabilitação. Apesar de se verificar uma taxa de ocupação mensal de 100% na Resposta Social, não foi suficiente para garantir a submissão das frequências à Segurança Social com a totalidade das vagas comparticipadas ocupadas.



O resultado apresentado na tabela de indicadores pode ajudar a perceber, em parte, o resultado líquido do SAD, uma vez que mensalmente não se garantiu o pagamento integral do valor do acordo de cooperação.

Principais indicadores e metas:

Indicadores 2025	Metas	Resultados
<i>Total de utentes com acordo de cooperação</i>	60	55
<i>Otimizar a utilização do software de gestão de utentes</i>	100%	100%
<i>Taxa de cumprimento dos Planos Individuais</i>	≥ 90 %	100%
<i>Avaliação do Grau de satisfação utentes /familiares</i>	≥ 90%	87%

Análise dos resultados

Resultado líquido do período:

Orçamento	2025	2024
7.469,68€	- 30.736,44€	-4.171,65€

O SAD apresenta um resultado líquido negativo de 30.736,44€. Este resultado justifica-se com o um elevado aumento na rubrica *Gastos com Pessoal* que aumentou significativamente devido ao pagamento de subsídio de alimentação a todos os colaboradores desde janeiro de 2024, ao aumento do salário mínimo nacional e aos aumentos salariais previstos na atualização tabela de remunerações do Contrato Coletivo de Trabalho publicada em julho de 2025 com efeito a 1 de janeiro de 2025. Os gastos com pessoal representam 74,8% da estrutura total de gastos do SAD. Para além dos aumentos descritos, verifica-se uma diminuição na rubrica *Vendas e Serviços Prestados*, especificamente nas mensalidades dos utentes que diminuiu relativamente ao ano anterior. Este fator é incontrolável, uma vez que se consideram os rendimentos dos utentes para o cálculo das comparticipações familiares.



4.7.Unidade de Cuidados Continuados Integrados: Longa e Média Duração

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) é constituída por um conjunto articulado de instituições públicas e privadas que asseguram a prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social, de forma integrada e continuada, a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou com necessidade de prevenção do agravamento de doença crónica.

A nossa Unidade de Cuidados Continuados integra a RNCCI desde a sua génese, afirmando-se como uma unidade de referência no âmbito da Rede. Tal posicionamento assenta na qualidade e excelência dos cuidados prestados, na promoção de uma cultura organizacional orientada para a aprendizagem e melhoria contínua, no incentivo à adoção de boas práticas e na orientação para resultados em saúde, bem como na satisfação dos utentes e dos profissionais que nela exercem funções.

No ano de 2025 a Unidade de Cuidados Continuados Integrados teve sempre uma taxa de ocupação superior a 85%, valor mínimo para receber o valor total do acordo, o que é essencial para fazermos face às despesas de funcionamento, que cada vez são mais elevadas.

Indicador	Meta	Resultado
<i>Taxa de ocupação superior a 85%</i>		
<i>UMDR</i>	≥ 85%	95,08%
<i>ULDM</i>		97,32%

Apesar de termos conseguido manter a unidade com a taxa de ocupação superior aos 85%, tivemos um decréscimo do resultado líquido do período em 62,77%, comparando os valores reais de 2025 com os valores reais de 2024, esta situação deve ao facto dos sucessivos aumentado salariais dos colaboradores não serem acompanhados de aumentos das comparticipações estatais para funcionamento da UCCI. Em relação ao orçamentado tivemos um desvio de 1,55%, o que demonstra que estamos cada vez a conseguir fazer orçamentos mais realistas.

Resultado Líquido		
Orçamento	2025	2024
15.430,16€	6.951,76€	18.671,83€



Os custos diretos e indiretos associados aos recursos humanos têm um impacto significativo nos resultados líquidos, uma vez que esta rubrica representa um peso crescente na despesa, sem que exista um aumento correspondente da receita.

Mantínhamos o sonho de poder fazer obras de requalificação da nossa UCCI, no entanto, mais uma vez foi adiado por falta de verbas para custear esta obra.

Unidade de Média Duração e Reabilitação

No que concerne aos indicadores que nos propusemos monitorizar em 2025, e considerando que entraram 49 utentes e transitaram do ano anterior 12 do ano 2024, ou seja atendemos 61 utentes, podemos constatar que:

Ao nível das quedas:

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
<i>Taxa de risco de queda – taxa de efetividade na prevenção de quedas</i>	90% dos utentes avaliados quando ao risco de queda, não caíram	96,19%	Cumprida
<i>Taxa de quedas dos utentes ocorridas na unidade</i>	90% dos utentes sem quedas	96,19%	Cumprida

Ao Nível das Úlceras de Pressão:

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
<i>Taxa de risco de UP</i>	90% dos utentes avaliados quanto ao risco de UP	100%	Cumprida
<i>Taxa de utentes com UP à entrada</i>	Menos de 50% dos utentes com UP à entrada	9,84%	Cumprida
<i>Taxa de utentes com UP adquirida no internamento</i>	que a taxa de UP não ultrapasse os 10%	8,19%	Cumprida
<i>Taxa de recuperação das UP</i>	30% das UP cicatrizadas durante o internamento	15,83%	Não Cumprida



Ao nível das úlceras por pressão temos que rever as metas da taxa de recuperação, uma vez que temos recebido inúmeros utentes com várias escaras e em que se demonstra impossível a cicatrização.

6 utentes desenvolveram UPP ao longo do ano (sendo que 1 utente desenvolve 3 UPP diferentes, em meses diferentes, então nesses meses está contabilizada em cada mês que desenvolve UPP. Mas no total anual apenas conta como 1 utente.) Portanto a Taxa de incidência anual é de 9.84% (6/61x100).

Durante o ano apenas 5 utentes deram entrada com UPP ativa, ou seja, a taxa de utentes com UPP à entrada é de: 8.19%.

Tivemos 6 UPP cicatrizadas ao longo do ano, 15,83%

Ao Nível da infeção:

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
<i>Taxa de incidência de Infeção</i>	que a taxa de incidência de infeção não ultrapassa os 19%	18,80%	Cumprida
<i>Taxa de incidência de Infeção do Trato Urinário (ITU)</i>	que a taxa de incidência de infeção não ultrapassa os 19%	6,08%	Cumprida
<i>Taxa de incidência de Infeção do Trato Respiratório (ITR) adquirida na Unidade</i>	que a taxa de incidência de infeção não ultrapassa os 19%	13,33%	Cumprida

A maior dependência dos utentes atualmente acompanhados tem implicações diretas na prestação de cuidados e nos recursos necessários. Verifica-se um número significativo de utentes acamados e com elevados níveis de dependência, o que exige maior acompanhamento e intervenção por parte da equipa.

Acresce a existência de alguma resistência à hidratação por parte de vários utentes, mesmo tendo disponíveis diferentes estratégias e alternativas para promover a ingestão de líquidos, o que aumenta o risco de desidratação e de complicações associadas.

Observa-se igualmente um número relevante de situações de incontinência esfinteriana anal, condição que contribui para um maior risco de infeções e que requer cuidados de higiene e vigilância mais frequentes.



[Handwritten signature]
Relatório de Atividades & Contas do Exercício

Por fim, registam-se vários casos de utentes com algaliação crónica, situação clínica que, pela sua natureza, também está associada a um maior risco de infeções urinárias e que implica monitorização e cuidados específicos regulares.

No seu conjunto, estes fatores refletem um perfil de utentes com maior complexidade clínica e funcional, justificando a necessidade de maior intensidade e frequência de cuidados.

Unidade de Longa Duração e Reabilitação

No que concerne aos indicadores que nos propusemos monitorizar em 2025, e considerando que na Unidade de Longa Duração entraram 26 utentes e transitaram 12 do ano 2024, o que perfaz um total de 38 utentes atendidos., podemos constatar que:

Ao nível das quedas:

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
<i>Taxa de risco de queda – taxa de efetividade na prevenção de quedas</i>	90% dos utentes avaliados quando ao risco de queda, não caíram	98,17%	Cumprida
<i>Taxa de quedas dos utentes ocorridas na unidade</i>	90% dos utentes sem quedas	98,17%	Cumprida

Ao Nível das Úlceras de Pressão:

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
<i>Taxa de risco de UP</i>	90% dos utentes avaliados quanto ao risco de UP	100%	Cumprida
<i>Taxa de utentes com UP à entrada</i>	50% dos utentes com UP à entrada	13,16%	Cumprida
<i>Taxa de utentes com UP adquirida no internamento</i>	que a taxa de UP não ultrapasse os 10%	10,53%	Cumprida
<i>Taxa de recuperação das UP</i>	30% das UP cicatrizadas durante o internamento	20%	Não Cumprida

Ao nível das úlceras por pressão temos que rever as metas da taxa de recuperação, uma vez que temos recebido inúmeros utentes com várias escaras e em que se demonstra impossível a cicatrização. Tivemos apenas 1 UPP cicatrizada ao longo do ano.



[Handwritten signatures]

5 utentes desenvolveram UPP ao longo do ano. Portanto a Taxa de incidência anual é de 13.16% (5/38x100). Durante o ano apenas 4 utentes deram entrada com UPP ativa, ou seja, a taxa de utentes com UPP à entrada é de: 10,53%.

Ao Nível da infeção

Indicador	Meta	Resultado	Avaliação
<i>Taxa de incidência de Infeção</i>	que a taxa de incidência de infeção não ultrapassa os 19%	23,92%	Não Cumprida
<i>Taxa de incidência de Infeção do Trato Urinário (ITU)</i>	que a taxa de incidência de infeção não ultrapassa os 19%	15,04%	Cumprida
<i>Taxa de incidência de Infeção do Trato Respiratório (ITR) adquirida na Unidade</i>	que a taxa de incidência de infeção não ultrapassa os 19%	23,08%	Não Cumprida

Na Unidade de Longa Duração verifica-se um predomínio de utentes com elevados níveis de dependência, muitos dos quais acamados, o que implica uma maior necessidade de cuidados continuados e de acompanhamento por parte da equipa.

Constata-se também alguma renitência à hidratação por parte de vários utentes, apesar de existirem diferentes estratégias e alternativas disponíveis para promover a ingestão de líquidos, situação que exige vigilância e intervenção mais frequentes.

Paralelamente, observa-se a presença de vários casos de incontinência esfinteriana anal, condição que aumenta o risco de infeções e que requer cuidados de higiene e monitorização mais intensivos.

Regista-se ainda a existência de vários utentes com algaliação crónica, situação que, pela sua natureza, está associada a um maior risco de infeções urinárias e que implica cuidados específicos e acompanhamento regular.

Este conjunto de fatores reflete a elevada complexidade clínica e funcional dos utentes desta unidade, traduzindo-se numa maior exigência na prestação de cuidados.



5. Programas, Projetos e Investimentos

5.1. Programa de emergência alimentar (PEA)

O Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, permite reforçar a capacidade e a utilização das cantinas alargando a tipologia de serviços e número de agregados familiares em dificuldades e garantir às pessoas e /ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições.

As Cantinas Sociais têm um papel essencial na resposta às necessidades alimentares de pessoas em situação de vulnerabilidade, representando não apenas um serviço alimentar, mas também um instrumento de inclusão e dignidade, promovendo a coesão social.

É um programa focado em medidas e soluções simples e diretas, que minorem o impacto social da crise e identifiquem as situações de resposta social mais urgente e assenta na promoção e proteção dos direitos das pessoas em situação de maior vulnerabilidade e em grupos de risco.

No ano de 2025, o número de refeições protocoladas mensalmente, foi de 50 refeições diárias. Como é possível constatar no quadro seguinte, no decorrer do ano, o Programa foi executado dentro da sua capacidade máxima, distribuindo diariamente 50 refeições.

Mês	Protocolo com ISS	Nº Agregados	Total de Beneficiários
Jan	50	23	26
Fev	50	22	25
Mar	50	24	27
Abr	50	24	27
Mai	50	24	26
Jun	50	25	27
Jul	50	26	28
Ago	50	25	27
Set	50	24	26
Out	50	24	26
Nov	50	24	26
Dez	50	25	27



5.2. Privação Material – Distribuição direta e indireta de géneros alimentares

O Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais carenciadas (FEAC) foi instituído pelo Regulamento (UE) n.º 223/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2014, para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020.

Para a implementação do FEAC em Portugal, foi aprovado, pela Portaria n.º 190-B/2016, de 26 de junho, alterada pela Portaria n.º 51/2017, de 2 de fevereiro, o Regulamento Geral deste Fundo, bem como a regulamentação específica do respetivo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), o qual define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da Medida 1 do Programa – Aquisição e distribuição de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade.

Para colmatar as dificuldades no acesso aos alimentos, decorrentes de situações de carência socioeconómica, o nosso país foi apresentando, anualmente, a sua candidatura a programas que promovam a distribuição de alimentos, nomeadamente ao PCAAC (Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados), FEAC (Fundo Europeu Auxílio a Carenciados) a partir do ano de 2014. Estes programas de distribuição alimentar a famílias/indivíduos mais carenciadas também se destinavam a instituições ligadas ao setor social e com intervenção nessa área, tendo a Santa Casa dinamizado distribuição de alimentos neste âmbito. Atualmente, o PCAAC foi substituído pelo FEAC, programa que pretende melhorar o modelo de ajuda alimentar da União Europeia e que tem como preocupação assegurar a distribuição de cabazes alimentares adequados do ponto de vista nutricional para as pessoas mais carenciadas.

Com o propósito de manter o apoio às pessoas mais carenciadas, surgiu uma candidatura que juntou os territórios do Concelho de Mortágua, Santa Comba Dão e Carregal do Sal. A mesma foi operacionalizada, em dezembro de 2017, até aos dias de hoje, agora denominada Pessoas 2030 – Privação Material.

Atualmente o Programa da Privação Material é executado através da distribuição direta e indireta de géneros alimentares e através da implementação de medidas de acompanhamento promotoras de inclusão social, nomeadamente, no âmbito da seleção de géneros alimentares, prevenção do desperdício e otimização da gestão do orçamento familiar.

A distribuição direta de géneros alimentares visa contribuir para a redução da pobreza e exclusão social no concelho, colmatando as dificuldades no acesso a alimentos, decorrentes de situações de carência socioeconómica.

A distribuição indireta de géneros alimentares é realizada através da entrega de cartões eletrónicos – Cartão Mais Pessoas, permitindo a compra de bens alimentares de primeira necessidade, tendo em conta o tipo de bens definidos pela Segurança Social. Tem como objetivo respeitar e incentivar a autonomia, autodeterminação



[Handwritten signature]
Relatório de Atividades & Contas do Exercício

e desenvolvimento das competências sociais dos destinatários, dando a possibilidade de gerir o orçamento que lhe é atribuído, planear refeições e selecionar os alimentos de acordo com a sua preferência.

No ano de 2025, no âmbito do Programa de Privação Material, foi protocolado entre a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e o Instituto da Segurança Social apoiar 110 beneficiários no concelho de Mortágua, dos quais 65 estariam abrangidos pela distribuição direta de géneros alimentares, e os restantes, 45 beneficiários, pela distribuição indireta (cartões eletrónicos). O Programa começou a executar-se nesta modalidade no mês de outubro. Até essa data, permaneceu o protocolo anterior, a apoiar 90 beneficiários através da distribuição direta de géneros alimentares.

Como é possível constatar no quadro seguinte, a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua enquanto Entidade Mediadora, no ano de 2025, executou o Programa dentro da sua capacidade máxima.

Privação Material - 2025				
Número de Agregados/Beneficiários				
Distribuição Direta			Distribuição Indireta	
Mês	Nº de Agregados	Total de Beneficiários	Nº de Agregados	Total de Beneficiários
Jan	35	90		
Fev	35	90		
Mar	35	90		
Abr	35	90		
Mai	36	90		
Jun	36	90		
Jul	33	90		
Ago	33	90		
Set	33	90		
Out	29	65		
Nov	29	65	12	45
Dez	29	65	12	45



[Handwritten signatures in blue ink]

7.Melhoria Contínua

7.1.Resultados das Auditorias Interna e Externa

Durante o ano de 2025 continuámos a trabalhar na implementação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ). Mantivemos o certificado pela Norma ISO 9001: 2015 (2 Auditoria de seguimento)

Foram elaborados novos impressos e feitas revisões a procedimentos já aprovados, num processo de melhoria continua.

A auditoria interna realizada nos dias 28 e 30 de abril teve como auditora a empresa XZ Consultores Lda. com os seguintes resultados:

Resultados da Auditoria Interna:

Não conformidades	Oportunidades de Melhoria	Ações corretivas a implementar
0	18	16

Resultados da Auditoria da Qualidade Externa

Em 30 junho de 2025, foi realizada a 2ª auditoria de Seguimento da certificação pela Norma ISO 9001: 2015

Os resultados desta auditoria estão presentes no quadro abaixo apresentado.



Resultados da Auditoria Externa:

Pontos Fortes	Oportunidades de Melhoria	Observações	Não conformidades
5	4	8	0

O total de constatações verificadas ao longo do ano de 2025, mencionadas no quadro anterior, encontram-se identificadas no mapa de controlo de receção e tratamento. Na tabela de verificação são consideradas as causas a ação implementada ou a implementar, o responsável, o prazo resultado da eficácia, quem avaliar e em que data.



Não conformidades (NC)

Auditorias Internas	Auditoria Externa	Fornecedores	Outros
6	0	0	0

A Santa Casa entende que os elogios, as sugestões, e as reclamações são um meio de participação na organização, mesmo sabendo que em muitos casos as organizações evitam formalizar reclamações.

O conteúdo apresentado em cada reclamação ou sugestão foi objeto de análise pela organização; As reclamações foram registadas, analisadas e avaliadas quanto ao seu impacto, e posteriormente investigadas de modo a identificar a causa. Com base nessa análise, foram implementadas ações corretivas adequadas, de modo a eliminar a causa da não conformidade e prevenir a sua recorrência. Acresce referir que as reclamações se encontram todas encerradas pelo organismo competente.

Apresenta-se de seguida um quadro que evidencia a gestão de reclamações, sugestões e elogios e a sua origem. Este indicador apresenta os números de reclamações, sugestões e elogios recebidos na instituição durante o ano de 2025.

Reclamações/Sugestões/Elogios

	Utentes	Colaboradores	Outros (Fornecedores)
Reclamações	3	0	0
Sugestões		0	
Elogios		554	



Perspetivas Futuras

A Misericórdia pretende continuar a desenvolver o seu trabalho social e solidário acompanhando as tendências e evoluções desta área de trabalho. Num futuro a curto prazo prevemos aumentar a resposta na área da deficiência e melhorar e alargar as respostas sociais para a população idosa, nomeadamente, iniciar as obras de requalificação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e do Centro de Dia.

O quadro de investimentos da Misericórdia perfilado para 2026 atende a aspetos evolutivos do sector, dirigindo-se à melhoria dos seus processos, ao reforço das competências dos seus órgãos sociais e colaboradores e à implementação de soluções de apoio à atividade, sempre salvaguardando a proteção dos seus ativos.

Sem esquecer a sua matriz social e solidária, a Misericórdia alinhará a estratégia e modelo de negócio na sua capitalização e sustentabilidade financeira.

A otimização de recursos é fundamental no contexto vigente, devendo a organização dirigir-se no sentido dos ganhos de produtividade e da eficácia, não esquecendo a exposição a riscos que carecem de permanente identificação, avaliação, acompanhamento e controlo. Impõe-se uma cultura organizacional, de governo e controlo interno, bem definida e normalizada, na qual os recursos humanos da Misericórdia terão um papel influente.



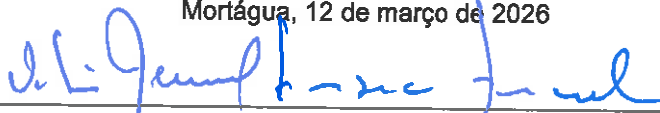




Considerações Finais

O ano de 2025 foi um ano de desafios constantes na gestão diária e sustentável da Misericórdia. No entanto, fica a certeza que trabalhámos para os nossos utentes e para a qualidade dos serviços que lhe prestamos. E, apesar do ano não se ter pautado por inovações e novidades, conseguimos manter a certificação da Qualidade, o que para nós é um compromisso desde 2017.

Fechamos o ano com a certeza de que mais e melhor pode sempre ser alcançado, mas o medo do que possa vir também nos faz ser mais moderados e ponderados na tomada de decisão. Acreditamos que depois de viver uma pandemia de saúde pública de âmbito mundial nos tornámos mais comedidos e mais racionais na gestão social e financeira da Misericórdia, pois se antes vivíamos com certezas, agora vivemos na incerteza.

Apresentam-se, de seguida, as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações Fundos Patrimoniais

Mortágua, 12 de março de 2026

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Balço

Balço em 31 de Dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dez 2025	31 Dez 2024
ATIVO			
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	3.844.306,21	3.615.145,66
Bens do património histrico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	6.337,50	55.443,94
Fundadores/Benemritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00
		3.850.643,71	3.670.589,60
Ativo corrente			
Inventrios		0,00	0,00
Clientes	12.3	126.055,13	147.859,62
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes pblicos	12.9	106.509,47	78.646,02
Fundadores/Benemritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	12.2	30.457,50	28.207,50
Outras contas a receber	12.4	710.833,80	527.954,28
Diferimentos	12.5	8.990,34	17.953,33
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancrios	12.6	1.746.711,15	1.835.729,75
		2.729.557,39	2.636.350,50
Total do Ativo		6.580.201,10	6.306.940,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.7	499.351,98	498.776,98
Excedentes tcnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	12.7	2.305.766,64	2.132.353,31
Excedentes de revalorizao	12.7	621.665,11	621.665,11
Outras variaes nos fundos patrimoniais	12.7	1.781.592,69	1.835.119,75
Resultado lquido do perodo	12.7	199.938,18	173.413,33
Total dos fundos patrimoniais		5.408.314,60	5.261.328,48
Passivo			
Passivo no corrente			
Provises		0,00	0,00
Provises especificas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	12.10	8.366,52	38.584,86
		8.366,52	38.584,86
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	82.336,97	97.165,73
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes pblicos	12.9	66.340,69	60.025,21
Fundadores/Benemritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.5	489.663,89	343.767,70
Outras contas a pagar	12.10	525.178,43	506.068,12
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		1.163.519,98	1.007.026,76
Total do Passivo		1.171.886,50	1.045.611,62
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		6.580.201,10	6.306.940,10

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Ana Matos

A Mesa Administrativa

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	12.3	4.011.293,32	3.970.516,31
Recebimentos de subsídios	7	50.415,56	181.064,24
Pagamentos a fornecedores	12.8	-1.003.718,37	-969.135,09
Pagamentos ao pessoal	9	-3.117.175,42	-2.845.955,63
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		260.465,61	108.070,78
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias			
		201.280,70	444.560,61
Rec. Relacionados com rubricas extraordinárias			0,00
(Pag) relacionados com rubricas extraordinárias		0,00	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			
		201.280,70	444.560,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-495.424,86	-378.195,76
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		49.353,01	0,00
Outros ativos		119.705,69	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	12.15	27.874,00	28.333,97
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
		196.932,90	28.333,97
		-298.491,96	-349.861,79
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de Fundos		575,00	0,00
Doações	12.13	7.798,28	4.923,69
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento			
		8.373,28	4.923,69
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-180,62	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de Fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)			
		-180,62	0,00
		8.192,66	4.923,69
Varição de caixa e seus equivalentes 4=(1+2+3)			
Caixa e seus equivalentes no início de período		-89.018,60	99.622,51
Caixa e seus equivalentes no fim de período		1.835.729,75	1.736.107,24
Caixa e seus equivalentes no fim de período		1.746.711,15	1.835.729,75

(1) - Euro

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração de fluxos de caixa com as rubricas do Balanço

	2025	2024
Numerário	2.464,15 €	632,92 €
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	487.660,15 €	578.543,70 €
Equivalentes a Caixa	1.256.586,85 €	1.256.553,13 €
Caixa e seus equivalentes	1.746.711,15 €	1.835.729,75 €
Outras disponibilidades		
Ações	0,00 €	0,00 €
Fundos	0,00 €	0,00 €
Disponibilidades constantes no Balanço	1.746.711,15 €	1.835.729,75 €

31 de Dezembro 2025

O Contabilista Certificado

Ama Matos

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2024

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores										Instituições que não controlam Patrimoniais	Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes da revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total						
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Posição no início do período 2024		408326,88	0	0	181766,21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Primeira aplicação de non refundal contabilístico		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações de políticas contabilísticas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Realização do excedente da revalorização		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Excedente de revalorização		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos por impostos diferidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12,7	0	0	0	31,4688,11	0	0	0	0	-8395,84	-294837,52	11454,74	0	11454,74	
		0	0	0	334688,11	0	0	0	0	-8395,84	-294837,52	13484,74	0	13484,74	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO INTEGRAL		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO															
Fundos	12,7	250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250	0	250	
Subsídios, doações e legados		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras operações		250	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250	0	250	
POSICÃO NO FIM DO ANO 2024		408326,88	0	0	213235,31	0	0	0	0	0	0	179413,23	0	587749,11	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2025

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores										Interesses que não constituem Patrimoniais	Total dos Fundos Patrimoniais			
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total							
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primária adoção de novo enunciado contábilístico		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Alteração de política contábilística		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resolução do excedente de revalorização		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Excedentes de revalorização		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ajustamentos por impostos diferidos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	127	0	0	0	173413,33	0	0	0	0	-27002,21	-199938,18	-35272,06	0	0	0	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0	0	0	173413,33	0	0	0	0	-27002,21	-199938,18	-35272,06	0	0	0	
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO																
Fundos	127															
Sociedades, doações e legados		575	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras operações		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		575	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Posição no fim do ano 2025		499376,98	0	0	2132393,31	0	0	0	0	1835118,75	173413,33	5261328,48	5261328,48	0	0	
		499383,98	0	0	2107766,64	0	0	0	0	1808117,54	199938,18	5408314,6	5408314,6	0	0	

O Contabilista Certificado
AME NETS

A Mesa Administrativa
[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	4.222.354,73	3.879.730,61
Subsídios, doações e legados à exploração	7	59.718,21	157.937,44
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-13.892,53	-12.904,50
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-970.205,32	-951.409,21
Gastos com o pessoal	9	-3.114.305,58	-2.900.168,51
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	325,42	7.436,10
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		246,57	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	192.464,82	123.474,89
Outros gastos e perdas	12.14	-70.818,90	-27.716,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		305.887,42	276.380,81
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-133.642,62	-131.301,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		172.244,80	145.079,36
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	27.874,00	28.333,97
Juros e gastos similares suportados	12.15	-180,62	0,00
Resultados antes de impostos		199.938,18	173.413,33
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		199.938,18	173.413,33

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Nates

A Mesa Administrativa

Julia Fernandes
João Manuel Gomes
Fernando José Gomes
Chataria

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901101 - ERPI || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	1.032.389,73	913.866,72
Subsídios, doações e legados à exploração	7	9.148,86	54.601,22
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-3.704,53	-3.031,61
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-245.026,08	-221.115,77
Gastos com o pessoal	9	-874.809,55	-827.477,65
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	325,42	6.652,12
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		71,29	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	33.024,96	30.099,87
Outros gastos e perdas	12.14	-5.873,12	-8.419,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-54.453,02	-54.824,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-24.186,58	-21.854,75
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-78.639,60	-76.679,10
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	8.880,64	9.027,21
Juros e gastos similares suportados	12.15	-52,22	0,00
Resultados antes de impostos		-69.811,18	-67.651,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-69.811,18	-67.651,89

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Ama Matos

A Mesa Administrativa

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901102 - Centro de Dia II Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	142.616,25	122.902,28
Subsídios, doações e legados à exploração	7	1.431,10	5.153,82
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-858,60	-674,04
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-53.494,09	-54.149,79
Gastos com o pessoal	9	-86.293,63	-90.774,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	57,35
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		11,56	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	3.004,48	2.543,07
Outros gastos e perdas	12.14	-906,61	-1.114,48
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.510,46	-16.056,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-5.844,40	-6.235,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-333,94	-22.291,39
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	1.912,16	1.943,71
Juros e gastos similares suportados	12.15	-8,47	0,00
Resultados antes de impostos		1.569,75	-20.347,68
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.569,75	-20.347,68

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

J. Li. Leal
F. Pereira de Gouveia
Teresa de Fátima Pereira de Gouveia
[Signature]

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901103 - S.A.D. II Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	570.868,06	568.581,34
Subsídios, doações e legados à exploração	7	4.928,32	6.848,26
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-3.389,11	-3.169,09
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-125.291,10	-154.096,18
Gastos com o pessoal	9	-463.485,08	-406.998,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	726,63
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		19,23	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	10.593,29	9.872,47
Outros gastos e perdas	12.14	-1.608,57	-2.986,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-7.364,96	18.778,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-25.827,03	-25.460,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-33.191,99	-6.682,03
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	2.469,64	2.510,38
Juros e gastos similares suportados	12.15	-14,09	0,00
Resultados antes de impostos		-30.736,44	-4.171,65
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-30.736,44	-4.171,65

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

J. L. ...
... ..
... ..
... ..

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901201 - UCCI || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	970.371,32	934.265,91
Subsídios, doações e legados à exploração	7	5.851,18	28.367,56
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1.760,39	-1.585,08
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-284.758,77	-264.184,55
Gastos com o pessoal	9	-696.991,00	-682.357,73
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		65,49	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	92.166,98	34.301,07
Outros gastos e perdas	12.14	-56.304,32	-8.361,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.640,49	40.445,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-29.406,45	-29.667,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-765,96	10.777,98
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	7.765,69	7.893,85
Juros e gastos similares suportados	12.15	-47,97	0,00
Resultados antes de impostos		6.951,76	18.671,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		6.951,76	18.671,83

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

J. L. F. M.
Teresa Maria da Costa
Henrique de Jesus Pereira de Sousa
M. J. M.

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901301 - Creche || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	510.856,29	410.404,42
Subsídios, doações e legados à exploração	7	16.278,30	38.010,99
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-342,22	-51,19
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-18.822,96	-19.854,79
Gastos com o pessoal	9	-382.795,41	-331.866,47
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		11,56	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	18.998,03	4.452,67
Outros gastos e perdas	12.14	-853,61	-1.132,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		143.329,98	99.963,47
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-3.259,75	-2.953,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		140.070,23	97.010,38
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	1.912,16	1.943,71
Juros e gastos similares suportados	12.15	-8,47	0,00
Resultados antes de impostos		141.973,92	98.954,09
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		141.973,92	98.954,09

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

J. L. L. L.
[Signature]
[Signature]
 Teresa de Jesus Pereira de Sousa
[Signature]

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901401 - Lar Residencial II Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	606.736,97	582.644,56
Subsídios, doações e legados à exploração	7	12.691,97	9.412,24
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-3.015,90	-3.780,95
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-119.589,08	-123.478,42
Gastos com o pessoal	9	-416.233,37	-386.275,69
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		43,35	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	23.554,60	25.517,77
Outros gastos e perdas	12.14	-2.892,43	-3.274,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101.296,11	100.764,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-31.150,30	-30.346,92
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		70.145,81	70.417,79
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	2.887,75	2.935,40
Juros e gastos similares suportados	12.15	-31,75	0,00
Resultados antes de impostos		73.001,81	73.353,19
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		73.001,81	73.353,19

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Natos

A Mesa Administrativa

V. L. J. de
F. J. L. de
Presidente
Presidente
Presidente

Demonstração dos Resultados por Naturezas

901402 - CACI II Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDADE
MONETÁRIA

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	228.798,99	214.125,30
Subsídios, doações e legados à exploração	7	7.673,55	14.340,24
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-366,13	-261,68
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-34.840,20	-40.003,78
Gastos com o pessoal	9	-142.735,24	-130.838,89
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		24,09	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	10.503,53	9.992,97
Outros gastos e perdas	12.14	-2.348,55	-1.796,93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		66.710,04	65.557,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-13.155,58	-12.811,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53.554,46	52.746,02
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	2.045,96	2.079,71
Juros e gastos similares suportados	12.15	-17,65	0,00
Resultados antes de impostos		55.582,77	54.825,73
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		55.582,77	54.825,73

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

J. L. J. L.
João Luís de Sousa
João Luís de Sousa
João Luís de Sousa
João Luís de Sousa

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Demonstração dos Resultados por Natureza:

901403 - Residência Autónoma || Do mês de Abertura ao mês de Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

UNIDAD
MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	7/8	88.416,12	74.500,08
Subsídios, doações e legados à exploração	7	1.714,93	1.203,11
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-455,65	-350,86
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-17.082,04	-16.085,93
Gastos com o pessoal	9	-50.962,30	-43.579,08
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.13	618,95	6.695,00
Outros gastos e perdas	12.14	-31,69	-630,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		22.218,32	21.751,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4.3/5.3	-812,53	-1.972,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		21.405,79	19.779,71
Juros e rendimentos similares obtidos	12.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	12.15	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		21.405,79	19.779,71
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		21.405,79	19.779,71

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]



Am. Neto

1-Identificação da Entidade

1.1 - Dados da Entidade

Designação da entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mortágua

Sede social: Rua Dr. António José Branquinho da Fonseca nº 4, 3450 -151

NIPC: 501103546

Período: Ano 2025

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

2- Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial Contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SCN). O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº 8256/2015, de 29 de Julho, (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo:NCRF-ESNL);
- Portaria nº 218/2015, de 23 julho, (Código de contas específico para as Entidades do Sector não Lucrativo:NCRF-ESNL);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho, (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo)

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela



ordem indicada: i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e normas Supletivas (NS) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei nº158/2009, de 13 de julho, ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e iii) às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Entidade durante um período de pelo menos um ano, mas sem limitação, doze meses a contar da data do balanço.

- Regime da periodização

A Entidade reconhece os rendimentos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Outras Contas a Receber"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Outras Contas a Pagar".

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos e fundos patrimoniais rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas na rubrica de "Outras contas a receber", em "Devedores por acréscimos de rendimento". Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos na rubrica de "Outras contas a pagar", em "Credores por acréscimos de gastos"

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesas/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de "Diferimentos", em "Rendimentos a reconhecer" ou "Gastos a reconhecer", respetivamente.

- Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos, de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione



[Handwritten signatures and initials]
ANEXO *[Handwritten signature]*

informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovadas para as ESNL.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2025.

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável, pelo que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são comparáveis com os utilizados na preparação das quantias comparativas apresentadas.

2.2 Indicação e Justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no SNC-ESNL, não foram derogados quaisquer princípios ou disposições previstas no diploma legal tendo em vista a necessidade de darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3-Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória)

A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua adotou pela primeira vez a NCRF-ESNL na preparação do balanço reportado a 31/12/2012, data da transição para a NCRF-ESNL. Assim, nas presentes demonstrações financeiras, e com vista a manter a comparabilidade com as quantias referentes ao período de 31/12/2012,



R *M* *id*
ANEXO

as quantias comparativas reportadas ao período anterior foram reexpressas face àqueles que se encontravam preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico em vigor.

AmaNoto

3- Principais Políticas Contabilísticas

3.1- Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

- Inventários

Os inventários são mensurados ao menor entre o custo histórico e o custo corrente (quantia que a entidade teria de pagar para comprar inventários equivalentes)

- Subsídios:

Subsídios monetários: quantia nominal.

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos fundos patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incursos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



Caro
ANEXO

Ana Neto

- Rédito:

Justo valor da retribuição recebida ou a pagar, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade

- Instrumentos financeiros

As contas de Clientes/Utentes, fornecedores, contas a receber e a pagar e empréstimos bancários: custo menos perdas por imparidade

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4 – Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Critérios de mensuração utilizados para determinar a quantia bruta escriturada

Os critérios de mensuração utilizados para determinar a quantia bruta escriturada foram os acima mencionados.

4.2 Método usado nas depreciações

O método utilizado para cálculo das depreciações é o método da linha reta.

4.3 Vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

Os valores do Ativo fixo tangível e depreciações acumuladas, no início e no fim do período de 2024 e 2025, mostrando aquisições e abates, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



[Handwritten signatures]
ANEXO

31 de Dezembro 2024 *[Handwritten signature]*

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transf erênci as	Revalori zações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Terrenos e recursos naturais	420.462,90 €	1.269,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	421.732,36 €
Edifícios e outras construções	4.126.262,28 €	44.661,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.170.923,88 €
Equipamento básico	799.106,15 €	12.774,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	808.445,28 €
Equipamento de transporte	412.293,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	412.293,64 €
Equipamento administrativo	205.089,17 €	3.700,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	208.789,63 €
Outros Ativos fixos tangíveis	242.571,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	242.571,60 €
Total	6.205.785,74 €	62.406,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.264.756,39 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	1.434.331,30 €	81.042,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.515.374,26 €
Equipamento básico	825.013,77 €	28.363,00 €	3.079,53 €	0,00 €	0,00 €	850.297,24 €
Equipamento de transporte	350.954,56 €	20.446,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	371.401,00 €
Equipamento administrativo	192.649,30 €	1.448,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	194.097,80 €
Outros Ativos fixos tangíveis	137.493,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	137.493,15 €
Total	2.940.442,08 €	131.300,90 €	3.079,53 €	0,00 €	0,00 €	3.068.663,45 €

31 de Dezembro 2025

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revaloriza ções	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Terrenos e recursos naturais	421.732,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	421.732,36 €
Edifícios e outras construções	4.170.923,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.170.923,88 €
Equipamento básico	808.445,28 €	49.799,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	858.245,18 €
Equipamento de transporte	412.293,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	412.293,64 €
Equipamento administrativo	208.789,63 €	7.934,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	216.724,36 €
Outros Ativos fixos tangíveis	242.571,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	242.571,60 €
Total	6.264.756,39 €	57.734,63 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.322.491,02 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	1.515.374,26 €	81.042,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.594.389,46 €
Equipamento básico	850.297,24 €	28.363,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	883.030,03 €
Equipamento de transporte	371.401,00 €	20.446,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	391.847,32 €
Equipamento administrativo	194.097,80 €	1.448,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	195.546,20 €
Outros Ativos fixos tangíveis	137.493,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	137.493,15 €
Total	3.068.663,45 €	133.642,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3.202.306,16 €



[Handwritten signatures]
ANEXO

Ana Matos

5- Ativos Intangíveis

5.1. Critérios de mensuração utilizados para determinar a quantia bruta escriturada

Os critérios de mensuração utilizados para determinar a quantia bruta escriturada foram os acima mencionados.

5.2 Método usado nas depreciações

O método utilizado para cálculo das depreciações é o método da linha reta.

5.3 Vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	3
Programas de Computador	3


Os valores do Ativo intangível e depreciações acumuladas, no início e no fim do período de 2024 e 2025, mostrando aquisições e abates, foram desenvolvidos de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
Custo						
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de Desenvolvimento	36.078,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36.078,98 €
Programas de Computador	13.079,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13.079,82 €
Propriedade Industrial	9.495,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.495,60 €
Total	58.654,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58.654,40 €
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de Computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	58.654,40€	0,0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58.654,40€

Não existe informação disponível acerca da separação das depreciações acumuladas.




ANEXO
 Am-Mates

31 de Dezembro de 2025

	Saldo em 01-Jan- 2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
Custo						
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de Desenvolvimento	36.078,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	36.078,98 €
Programas de Computador	13.079,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13.079,82 €
Propriedade Industrial	9.495,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.495,60 €
Total	58.654,39 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58.654,40 €
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de Computador	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	58.654,40€	0,0 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	58.654,40€

Não existe informação disponível acerca da separação das depreciações acumuladas.

6- Inventários

O critério de mensuração utilizado é o custo corrente.

As saídas de armazém encontram-se valorizadas ao preço de aquisição mais recente, o método de custeio das saídas utilizado é o FIFO (first in first out).

Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	12.904,50 €	0,00 €	0,00 €	13.892,53 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	12.904,50 €	0,00 €	0,00 €	13.892,53 €	0,00 €	0,00 €

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.904,50 €	13.892,53 €
--	-------------	-------------



fidis
ANEXO

Amaltes

7- Prestações de Serviços, Subsídios do Governo e Outros Apoios

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
Remodelação do Hospital	349.159,47€	361.199,45€
POPH – Lar Residencial	861.230,65€	884.230,65€
PRODER – Lar de Terceira Idade	0,00€	0,00€
CM Mortágua – Construção do ATL	10.375,16€	10.775,16€
CM Mortágua – Obras no Solário	20.250,00€	21.000,00€
CM Mortágua – Remodelação do Hospital	84.000,00€	87.000,00€
CM Mortágua – Remodelação do Hospital II	11.600,16€	12.000,16€
CM Mortágua – Remodelação da Cozinha do Lar de Idosos	5.999,84€	6.199,84€
CM Mortágua – Remodelação da Cozinha do Lar de Idosos II	9.325,00€	9.625,00€
CM Mortágua – Lar Residencial/CAO	73.742,80€	75.790,80€
CM Mortágua – Lar Residencial/CAO II	7.399,84€	7.599,84€
CM Mortágua – Lar Residencial/CAO III	4.560,00€	4.680,00€
CM Mortágua – UCCI Pavimento	0,00€	0,00€
CM Mortágua – Economato e Lavandaria	12.300,00€	12.600,00€
CM Mortágua – Aquisição de Viatura 27-SZ-67	0,00€	0,00€
CM Mortágua – Economato e Lavandaria	16.800,08€	17.200,08€
CM Mortágua – Ampliação da UCCI	14.280,04€	14.620,04€
CM Mortágua – Prédio Urbano 2549 – Obras de Requalificação	20.118,24€	20.118,24€
CM Mortágua – Lar Residencial – Reparação do Sistema AVAC e GTC	470,40€	705,62€
PRR – Viatura Elétrica	6.250,00€	12.500,00€
Total	1.507.414,21 €	1.557.844,88 €

Prestações de Serviços e Outros Apoios do Governo

Prestações do ISS – Instituto de Segurança Social	2.389.326,82€	2.078.096,32€
Lar de Idosos	503.882,14€	393.899,86€
Centro de Dia	43.554,84€	41.028,06€
Apoio Domiciliário	305.979,44€	293.984,69€
ATL	0,00€	0,00€
Creche	508.150,17€	407.312,81€
Lar Residencial	511.086,36€	483.842,46€
CAO	192.136,36€	181.191,76€
UCCI	175.187,31€	153.794,42€
Cantinas Sociais	71.301,00€	58.440,00€
Residência Autónoma	78.049,20€	64.602,26€
Prestações da ACSS Centro - UCCI	617.668,44€	609.532,77€
Prestações de Serviços – Mensalidades utentes	1.184.171,47 €	1.162.427,42 €
Lar de Idosos	525.374,82 €	515.590,59 €
Centro de Dia	97.278,25 €	80.082,32 €
Apoio Domiciliário	258.585,13 €	270.606,27 €
UCCI	163.700,23 €	159.095,94 €
Lar Residencial	93.632,65 €	95.992,76 €
CACI	35.678,67 €	31.642,49 €
Residência Autónoma	9.921,72 €	9.417,05 €
Outros	31.187,80 €	29.674,10 €
Total	4.224.592,58 €	3.879.730,61 €



Amadeu
ANEXO
Amadeu

Outros Apoios – Subsídios, Doações e legados à exploração		
CM de Mortágua	1.455,22€	92.208,62€
I.E.F.P.	44.739,16€	56.886,77€
POAPMC PAC	2.053,05€	300,00€
Doações	3.618,36€	3.618,36€
Donativos	7.852,42€	4.923,69€
Total	59.718,21€	157.937,44€

Descrição	2025	2024
Doações	273.656,51 €	277.274,87 €
Total	273.656,51 €	277.274,87 €

Os subsídios foram atribuídos pelo Governo e destinam-se ao investimento, nomeadamente à construção e remodelação do edifício Hospital da valência UCCI, construção do Edifício das Valências Lar Residencial e CAO, construção do edifício da valência ATL, remodelações no edifício da valência Lar de Idosos e UCCI, equipamento de Lavandaria e mobiliário para a valência UCCI, construção da Lavandaria e Economato e aquisição de uma viatura. O saldo da conta Doações diz respeito a doações de utentes no ano 2014, 2017 e 2018 e 2024, à participação no concurso Montra Solidária, de um programa televisivo em 2016, e a uma viatura, bem como ao prédio urbano referente ao edifício da antiga escola de Vila Meã e da antiga escola de Vila Moinhos.

8- RÉDITO

O rédito reconhecido no ano 2025 e 2024 é detalhado conforme quadro que se segue:

Descrição	2025	2024
Prestações de serviços		
Prestações de serviços do ISS	2.389.326,82€	2.078.096,32 €
Prestação de serviços de ACSS	617.668,44€	609.532,77 €
Quotas dos utilizadores	1.184.171,47 €	1.162.427,42 €
Serviços Secundários	31.187,80 €	29.674,10 €
Quotas e Joias	11.535,00 €	13.178,44 €
Outros	19.652,80 €	16.495,66 €
Total	4.224.592,58 €	3.879.730,61 €

A variação nas quotas dos utilizadores deve-se a um aumento de cerca de 4% em quase todas as valências.



Adis
ANEXO
Amalato

9-Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A rubrica de gastos com pessoal a 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinha a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00 €	0,00 €
Remunerações ao Pessoal	1.667.835,46€	1.544.384,67€
Encargos sobre as Remunerações	403.314,66€	378.768,34€
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	29.700,32€	33.611,76€
Fundo de compensação	0,00€	0,00€
Outros Gastos com o Pessoal	1.013.455,14€	943.403,74€
Total	3.114.305,58 €	2.900.168,51 €

O aumento na rubrica gastos com pessoal foi provocado pelo aumento do salário mínimo, e pelo aumento de 5% aos restantes colaboradores,

10-Outras Divulgações

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Acresce referir que o resultado líquido do exercício foi de 199.938,18 euros positivos (Cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e oito euros e dezoito cêntimos), pelo que será transferido para resultados transitados.

11 – Ativos com Restrições

A Santa casa usa os seguintes ativos com restrições:

Prédio Urbano situado na Lourinha de Baixo, registado sob a matriz nº 72 da Freguesia da Marmeleira, Mortágua.

Centro Educativo de Mortágua (propriedade da CMM):

- Instalações da Creche;



[Handwritten signatures]
ANEXO

[Handwritten note]
Anexo Nota

Escola Primária de Vila Meã, freguesia do Sobral doada pela Câmara Municipal de Mortágua através de contrato de constituição do direito à superfície, que era usada pelos utentes do CACI como carpintaria, mas em 2023 iniciaram-se obras para a construção de um novo CACI, ao abrigo de uma candidatura ao PRR.

Escola Primária de Vila Moinhos, freguesia do Sobral doada pela Câmara Municipal de Mortágua através de contrato de constituição do direito à superfície, onde se encontra em funcionamento o centro de dia.

12-Outras Informações

Para que haja uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1-Investimentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Investimentos Financeiros		
Depósitos Bancários	0,00 €	0,00 €
Fundo de Compensação	0,00 €	49.106,44 €
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	0,00 €	0,00 €
Outros Investimentos	6.337,50 €	6.337,50 €
Total de Investimentos Financeiros:	6.337,50 €	55.443,94 €

12.2- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00 €	0,00 €
Doadores - em curso	0,00 €	0,00 €
Patrocinadores	0,00 €	0,00 €
Quotas	30.457,50 €	28.207,50 €
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00 €	0,00 €
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €
Total	30.457,50 €	28.207,50 €
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €



Edi's
ANEXO

Amélio

12.3-Clientes, Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de Clientes/Créditos a Receber tem a seguinte composição

Descrição	2025	2024
Clientes/Créditos a Receber		
Clientes	0,00 €	0,00 €
Créditos a receber	126.055,13 €	147.859,62 €
Total	126.055,13 €	147.859,62 €

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2025	2024
Créditos a receber	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €
Reversões de perdas por imparidade		
Descrição	2025	2024
Créditos a receber	325,42 €	0,00 €
Total	325,42 €	0,00 €

12.4-Outros Ativos Correntes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica Outros Ativos Correntes tem a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos ao pessoal	0,00€	0,00€
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00€	0,00€
Outros Devedores:		
Ocupações da UCCI	17.222,12 €	15.996,47 €
ACSS Centro	437.386,44 €	252.733,06 €
IEFP	22.698,35 €	24.866,48 €
PRR-RE-C03-i01-000857 Viatura Elétrica	0,00 €	7.500,00 €
PRR-RE-C03-i01-02-000307 Residência Autónoma	31.385,60 €	69.181,14 €
PRR-RE-C03-i01-02-000309 CACI	134.384,71 €	118.608,26 €
PRR-RE-C03-i01-12-000502 Viatura de 9 lugares	12.000,00 €	0,00 €
PRR-RE-C03-i01-14-000330 Viatura de 3 lugares	7.500,00 €	0,00 €
PRR-RE-C03-i01-16-000337 Equipamento Movei	4.351,28 €	0,00 €
PRR-RE-C03-i01-16-000354 Equipamento Movei	27.023,65 €	0,00 €
Outros	16.881,65 €	39.068,87 €
Total	710.833,80 €	527.954,28 €



Edio
ANEXO
Ama Neto

12.5 - Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica Diferimentos tem a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Gastos a reconhecer	8.990,34 €	17.953,33 €
Total	8.990,34 €	17.953,33 €
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	6.337,96 €	1.503,50 €
PRR-RE-C03-i01-000857 Viatura Elétrica 9 lugares	40.000,00 €	0,00 €
PRR-RE-C03-i01-000330 Viatura Elétrica 3 lugares	25.000,00 €	0,00 €
PRR-RE-C03-i02-000309 CACI	268.120,80€	223.434,00€
PRR-RE-C03-i02-000307 Residência Autónoma	98.830,20 €	98.830,20 €
PRR-RE-C03-i01-000337 Equipamento Movei	4.351,28 €	0,00 €
PRR-RE-C03-i01-000354 Equipamento Movei	27.023,65 €	0,00 €
CMM – Adaptação da antiga escola primária Vila Moinhos	20.000,00 €	20.000,00 €
Total	489.663,89 €	343.767,70 €

Os rendimentos dizem respeito a várias candidaturas ao PRR para requalificação da antiga escola primária de Vila Meã num CACI e construção de uma Residência Autónoma, Viaturas elétricas, e equipamentos.

12.6-Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e depósitos bancários, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024 encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	2.464,15 €	632,92 €
Depósitos à ordem	487.660,15 €	578.543,70 €
Depósitos a prazo	1.256.586,85 €	1.256.553,13 €
Total	1.746.711,15 €	1.835.729,75 €

12.7-Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	498.776,98€	575,00 €	0,00 €	499.351,98€
Excedentes técnicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reservas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultados transitados	2.132.353,31€	173.413,33 €	0,00 €	2.305.766,64€
Excedentes de revalorização	621.665,11 €	0,00 €	0,00 €	621.665,11 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.835.119,75 €	0,00 €	53.527,06 €	1.781.592,69 €
Resultado Líquido do Período	173.413,33 €	26.524,85 €	0,00 €	199.938,18 €
Total	5.261.328,48€	200.513,18 €	53.527,06 €	5.408.314,60€



Edio
ANEXO
Amo Mateo

12.8-Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	82.336,97 €	97.165,73 €
Fornecedores títulos a pagar	0,00 €	0,00 €
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00 €	0,00 €
Total	82.336,97 €	97.165,73 €

12.9-Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	106.509,47 €	78.646,02 €
Total	106.509,47 €	78.646,02 €
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	10.437,97 €	7.442,23 €
Contribuições para a segurança social	55.902,72 €	52.582,98 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €
IVA - Regularizações	0,00€	0,00€
IVA - A Pagar	0.00 €	0.00 €
Total	66.340,69 €	60.025,21 €

A rubrica Imposto sobre o valor acrescentado diz respeito à dedução de 50% do valor do iva dos géneros alimentares e obras em curso que ainda não foi efetuado o pedido de reembolso.

12.10-Outros Passivos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica Outros Passivos desdobrava-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00 €	408.214,09 €	0,00 €	418.437,39 €
Fornecedores de Investimentos	8.366,52 €	0,00 €	38.584,86 €	0,00 €
Outros credores	0,00 €	116.964,34 €	0,00 €	87.630,73 €
Total	8.366,52 €	525.178,43 €	38.584,86 €	506.068,12 €



Edio
[Handwritten signatures]
ANEXO

Ana Matos

12.11-Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentava os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	575.774,18 €	556.918,60 €
Trabalhos Especializados	439.027,93 €	419.868,77 €
Honorários	47.802,27€	40.674,41 €
Conservação e Reparação	87.103,29€	95.264,07 €
Outros	1.840,69 €	1.111,35 €
Materiais	21.340,57 €	37.136,81 €
Ferramentas, utensílios de Desg Rápido	15.517,14 €	28.685,37 €
Material de escritório	3.619,19 €	5.217,17 €
Material didático	1.592,32 €	1.797,28 €
Outros	611,92 €	1.436,99 €
Energia e fluidos	181.796,60 €	179.252,51 €
Eletricidade	52.425,36 €	50.615,33 €
Combustíveis	33.397,50 €	32.919,96 €
Água	19.066,89 €	21.478,24 €
Gás	76.906,85 €	74.238,98 €
Deslocações, estadas e transportes	582,11 €	247,25 €
Serviços diversos:	190.711,86 €	177.854,04 €
Rendas e Alugueres	4.198,10 €	3.060,48 €
Limpeza, higiene e conforto	51.315,17 €	49.214,98 €
Limp, Hig. E Conforto – EPI'S	10.584,54 €	6.740,43 €
Higiene e Conforto de Utentes	27.705,43 €	24.833,66 €
Encargos com saúde de utentes	73.309,18 €	66.230,55 €
Comunicação	13.779,24 €	13.007,69 €
Seguros	6.545,66 €	9.461,15 €
Rouparia	1.740,00 €	2.877,05 €
Outros	1.534,54 €	2.428,05 €
Total	970.205,32 €	951.409,21 €

O aumento desta rubrica deve-se principalmente ao aumento da rubrica energia e fluidos, encargos com a saúde dos utentes e limpeza higiene e conforto.

12.13-Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica outros rendimentos tem a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento obtidos	43,13 €	23,28 €
Imputação de subsídios para investimento	49.908,70€	50.708,65€
Excesso de estimativa com férias	25.876,52 €	23.763,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	4.443,48 €	4.371,39 €
Correções de exercícios anteriores	104.104,90 €	36.803,29 €
Outros rendimentos	8.088,09 €	7.805,28 €
Total	192.464,82 €	123.474,89 €



12.14-Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica outros gastos tem a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Impostos	522,66 €	1.666,90 €
Dívidas Incobráveis	0,00 €	0,00 €
Correções de exercícios anteriores	59.217,49 €	19.533,17 €
Donativos	0,00 €	0,00 €
Quotizações	3.572,50 €	2.960,00 €
Outros Gastos	7.506,25 €	3.555,94 €
Total	70.818,90 €	27.716,01 €

12.15-Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	180,62 €	0,00 €
Total	180,62 €	0,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	27.874,00 €	28.333,97 €
Total	27.874,00 €	28.333,97 €
Resultados financeiros	27.874,00 €	28.333,97 €

12.16-Outras informações

Em 2025 o número de colaboradores foi de um total de 165, sendo 162 com contrato a termo e sem termo, 3 trabalhadores independentes, 2 estágio profissional e 3 Contratos de emprego inserção ou inserção+.

Acontecimentos após a data do Balanço

Após a data de balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Mortágua, 12 de março de 2026

O Contabilista Certificado

Amc Matos

A Mesa Administrativa

[Assinatura]
[Assinatura]
Teresa de Jesus Pereira de Gouveia
[Assinatura]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICORDIA MORTAGUA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 6.580.201 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.408.315 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 199.938 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MORTAGUA** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 26 de março de 2026


José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda.

Representada por: Sandra Maria Almeida Simões

Revisor Oficial de Contas n.º 1249/Registado na CMVM com o n.º 20160860

Parecer do Definitório ou Conselho Fiscal

No cumprimento da alínea c) do número 1 do artigo 31º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados / Irmãos o Parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, apresentado pela Mesa Administrativa.

Os elementos do Definitório procederam à análise cuidada do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, devidamente acompanhado do Parecer do Revisor Oficial de Contas, emitido por José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda. Apresenta um resultado positivo de €199.938 e um total de fundos patrimoniais de €5.408.315. Desta análise resultou a convicção dos membros deste órgão de que o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025, é um documento que expressa devidamente a atividade desenvolvida pela Instituição no ano findo.

Face ao exposto, expressamos o nosso Parecer no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua o Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2025.

Mortágua, 26 de março de 2026

O Definitório ou Conselho Fiscal,

José Manuel de Matos Carvalho (Presidente)



João António Cardoso (Vice-Presidente)



Ivone Oliveira Dinis (Secretária)



.....**Ata número noventa e seis**.....

Ao vigésimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e seis, reuniu pelas quinze horas, nas instalações do Edifício dos Serviços Administrativos, em sessão ordinária e precedida da respetiva Convocatória assinada pelo Presidente da Mesa, a Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, pessoa coletiva número 501 103 546, com sede na Rua António José Branquinho da Fonseca número quatro, 3451-151 Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, para deliberar sobre a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

Ponto um – Apreciação, discussão e votação do Relatório de Contas da Gerência de 2025, e Parecer do Conselho Fiscal/Definitório. -----

Não estando presente mais de metade dos associados com direito a voto às catorze horas e trinta minutos, hora agendada na Convocatória, foi aguardado o período de meia hora, findo o qual, às quinze horas, se declarou aberta a sessão presidida pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Urbano de Oliveira Marques. Estiveram presentes vinte e quatro irmãos que assinaram o Livro de Presenças, pelo que o Presidente da Mesa considerou a Assembleia validamente constituída podendo, em consequência, deliberar de forma eficaz sobre os assuntos constantes da antecedente ordem de trabalhos. -----

Relativamente ao Ponto Um, deu-se início aos trabalhos, tendo o Presidente da Mesa apresentado cumprimentos de boas vindas aos Irmãos presentes, lido a ordem de trabalhos, dando a palavra ao Senhor Provedor. Este, após saudar todos os presentes leu uma Nota Introdutória que transcrevo na íntegra:-----

“A Santa Casa da Misericórdia de Mortágua foi fundada em 1948. O concelho de Mortágua sentia a necessidade de um Hospital, a que a sua população pudesse recorrer. Fruto do empenho de uns quantos e da solidariedade da população, isso foi possível.-----

Ontem, como hoje, e apesar de tudo o que esta Instituição cresceu e das modificações que o país sofreu, o seu papel continua a ser crucial, extremamente importante e necessário, mas não o suficiente, obrigando-nos a uma atenção constante e permanente ao meio que nos rodeia. O Hospital da altura é hoje uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados. Um Lar de idosos apareceu na década de 90 do século passado e com ele toda a dinâmica que hoje se presta à chamada 3ª idade, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de dia, e que obviamente teremos de aumentar e melhorar. Um lar Residencial surgiu já neste século para apoio à deficiência e grande tem sido a sua atividade, justificando plenamente a sua existência. Posteriormente surge a Residência Autónoma, o que representa um novo conceito de alojamento, dando mais autonomia e responsabilidade aos utentes aí residentes.-----

Fruto de protocolos de colaboração com a Câmara Municipal e na pessoa do seu Presidente da altura, Afonso Abrantes, foi possível unificar toda a infância no atual edifício do Centro Educativo.-----

Concorremos ao PRR, cheios de esperança na remodelação e alargamento do nosso Lar de Idosos, pois como diz Sonia Sapage “precisamos mais de lares do que somos capazes de admitir e só aceitamos que alguns idosos vivam em espaços ilegais e sem dignidade, amarrados a camas e isolados do mundo porque não queremos pensar que um dia (quase) todos vamos acordar numa instituição de apoio à velhice. As caríssimas casas de hoje não têm quartos suficientes para as famílias se reencontrarem na velhice e por isso é ainda mais importante aceder a lares de qualidade”.-----

Felizmente, houve a aprovação de duas candidaturas ao PRR e assim, em 2025, terminámos as obras para uma nova Residência Autónoma, no mesmo terreno da que abrimos em 2020, e um novo Centro de

WJ

Atividades e Capacitação para a Inclusão na antiga Escola de Vila Meã, cujo direito de superfície nos foi concedido pela Camara Municipal.-----

*Ao apresentar este relatório não podemos deixar de lembrar que, apesar de livremente gerirmos a Misericórdia com um enorme esforço e sentido de responsabilidade, sofremos os impactos da turbulência geopolítica, das relações internacionais e da instabilidade da política interna, que sempre que está em crise sofremos com a suspensão do trabalho do governo na aprovação de mais e melhores políticas sociais.-----
Fruto do trabalho profícuo, que também procuramos reconhecer, com todos os nossos colaboradores e a gestão participada das nossas Direções Técnicas e Serviços Administrativos e mantendo sempre bem viva a Nossa Certificação de Qualidade, foi possível viver um ano, com alguns problemas, mas sem grandes sobressaltos. Um imenso agradecimento a todos os que no seu dia a dia fazem a Santa Casa.”*-----

Seguidamente e com apoio de suporte informático deu conhecimento do Relatório de Contas da Gerência de 2025, tendo sido secundarizado pelo Sr. Presidente do Conselho Fiscal, Dr. José Manuel Matos Carvalho, que no cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 31º, dos Estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Mortágua que, o Definitório ou Conselho Fiscal, no exercício das suas competências, submete à apreciação dos Senhores Associados/Irmãos, o parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, apresentado pela Mesa Administrativa.-----

Os Elementos do Definitório procederam à análise do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, devidamente acompanhado Parecer do Revisor oficial de Contas. Desta análise resultou a convicção dos Membros deste Órgão do que o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, é um documento que expressa devidamente a atividade desenvolvida pela Instituição do ano findo. Face ao exposto expressaram o seu Parecer no sentido de que seja aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa de Misericórdia de Mortágua o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025.-----

O Senhor Presidente da Mesa questionou os Irmãos presentes pela existência de dúvidas não tendo havido nenhuma manifestação nesse sentido, procedeu-se em seguida à votação do ponto um da ordem de trabalhos, sendo o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025 aprovado por unanimidade. -----

Ponto dois – Outros assuntos.O Senhor Presidente da Assembleia pediu explicações à Mesa sobre o número de baixas médicas desta Instituição tendo sido prontamente esclarecido pelo Senhor Provedor.-----

O Irmão José Júlio Norte interveio demonstrando preocupação sobre o aumento do custo de vida e dos subsídios estatais serem insuficientes. Congratulou-se, apesar de tudo, pelas Contas apresentadas nesta Instituição, ao que o Senhor Provedor agradeceu as palavras do Irmão acima citado.-----

O Senhor Presidente da Assembleia falou sobre o trabalho realizado por esta Equipa, valorizando o trabalho e os resultados obtidos apesar da subida dos preços da eletricidade, gás e combustíveis, apelando à negociação com as respectivas empresas fornecedoras.-----

O Senhor Provedor manifestou a sua felicidade pela aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025, mas referiu a necessidade de fazerem ainda mais, dado que o Concelho está cada vez mais envelhecido. Deixou também um agradecimento muito especial a todos os colaboradores desta Santa Casa da Misericórdia de Mortágua.-----

O Senhor Presidente da Mesa propôs um voto de louvor a todos os colaboradores que foi aprovado por aclamação. Propôs ainda dar conhecimento à Câmara Municipal de Mortágua, apelando a que possa participar e compartilhar nas necessidades desta Instituição.-----

Santa Casa da Misericórdia de Mortágua
Rua Dr António José Branquinho da Fonseca, 4
3450-151 Mortágua C.A.E.: 87301 N.I.F.: 501103546
Cap.: EUR 0

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa, ficando os documentos mencionados à disposição dos Irmãos nos Serviços Administrativos. -----

UM

Folha 16

Abílio de Sousa Soares

Guilherme de Sousa

Ílvia Celeste Marques Figueiredo